

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

SARAH FERNANDA PEREIRA CARDOSO

VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE: percepções dos moradores sobre criminalidade
e segurança pública no bairro Cidade Olímpica- São Luís-MA

São Luís

2022

SARAH FERNANDA PEREIRA CARDOSO

VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE: percepções dos moradores sobre criminalidade e segurança pública no bairro Cidade Olímpica- São Luís-MA

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Cel QOPM Aritanã Lisboa do Rosário

São Luís

2022

Cardoso, Sarah Fernanda Pereira.

Violência e medo na cidade: percepções dos moradores sobre criminalidade e segurança pública no bairro Cidade Olímpica - São Luís – MA / Sarah Fernanda Pereira Cardoso. – São Luís, 2022.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Cel. QOPM Aritanã Lisboa do Rosário.

1.Criminalidade. 2.Segurança pública. 3.Medo. 4.Percepção. I.Título.

CDU: 343.34(812.1)

SARAH FERNANDA PEREIRA CARDOSO

VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE: percepções dos moradores sobre criminalidade e segurança pública no bairro Cidade Olímpica- São Luís-MA

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Cel. QOPM Aritanã Lisboa do Rosário (Orientador)
Polícia Militar do Maranhão

Prof. Me. José Antônio Ribeiro de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão

Maj. QOPM Adonias Everton Dias Filho
Polícia Militar do Maranhão

Para Raimunda e Bernardino,
pelo amor e apoio constantes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que iluminou e conduziu meus passos durante essa jornada acadêmica e laboral. Pela força e coragem durante os momentos difíceis. Pelo cuidado e ânimo para não desistir. Sua presença me permite sonhar e ter forças para realizar meus ideais.

Aos meus pais, por seu amor, incentivo e esforços constantes. Mamãe Raimunda, seu cuidado, dedicação e força me deram a esperança para seguir. Obrigada por sempre me apontar o caminho dos estudos para melhoria das condições de vida. Essa vitória é sua também. Papai Bernardino, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos meus irmãos, Soraya Cardoso e Solan Cardoso, por nossa união, amizade e companheirismo.

Ao meu filho, Samuel Cardoso, meu menino, és minha força e meu grande motivo para sempre buscar o melhor em todas as áreas da vida.

Ao meu noivo, Luiz Fernando Guedes Oliveira, por seu amor, cuidado, acolhimento, paciência. Sua generosidade e visão de mundo me inspiram a ser uma pessoa melhor. Obrigada por partilhar a vida ao meu lado. Saiba que eu o amo e sou eternamente grata a Deus por sua vida.

Ao coronel QOPM Aritanã Lisboa do Rosário, por ser um exemplo de profissional na instituição Polícia Militar do Maranhão, por sua orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos moradores do bairro Cidade Olímpica que compartilharam suas narrativas e tornaram possível a elaboração desse trabalho monográfico.

Aos professores da Universidade Estadual do Maranhão pelas importantes contribuições em minha formação acadêmica.

Aos instrutores da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias pelos conhecimentos repassados e contribuições para minha formação profissional.

A tenente QOPM Tágora, por sua amizade, conselhos e acolhimento. Obrigada por ter segurado minha mão nos momentos em que mais estive fraca nessa jornada. A senhora é uma referência de superação e força.

Aos meus colegas de curso da 24ª Turma, Guerreiros de Aço, pelos aprendizados e experiências compartilhadas no decorrer do curso.

As minhas amigas do Curso de Formação de Oficiais, Isabelly da Conceição, Valkerline Pires, Jéssica Rocha e Jéssica Maria, pela partilha de sorrisos, lágrimas e vivências desde a quarentena. As senhoras possuem um lugar reservado em meu coração e em minhas memórias.

Agradeço a Jaciara Furtado Ferreira pelos 14 anos de amizade. Obrigada por sempre acreditar no meu desenvolvimento, por cada palavra de apoio, por cada conselho e por sempre torcer verdadeiramente por mim. Sua amizade é raridade. Amo você.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para meu desenvolvimento e crescimento na minha vida acadêmica e profissional.

*Nas grandes cidades do pequeno dia-a-dia
O medo nos leva a tudo, sobretudo a fantasia
Então erguemos muros que nos dão a garantia
De que morreremos cheios de uma vida tão vazia
Então erguemos muros que nos dão a garantia
De que morreremos cheios de uma vida tão vazia*

*Nas grandes cidades de um país tão violento
Os muros e as grades nos protegem de quase tudo
Mas o quase tudo quase sempre é quase nada
E nada nos protege de uma vida sem sentido
O quase tudo quase sempre é quase nada
E nada nos protege de uma vida sem sentido*

(Muros e Grades- Engenheiros do Hawaii
Compositores: Augustinho Moacir Licks / Humberto Gessinger, 1991)

RESUMO

As expressões da violência urbana são notadas cotidianamente nos diversos setores da sociedade. No entanto, as formas mais latentes das ocorrências criminosas advindas do fenômeno da violência urbana localizam-se em bairros periféricos. Nesse sentido, o presente estudo monográfico visa a análise de percepções dos moradores do bairro Cidade Olímpica, São Luís-MA, sobre a criminalidade e a segurança pública. Para subsidiar a pesquisa aborda-se sobre as concepções de violência, medo, insegurança e criminalidade no contexto do desenvolvimento urbano alcançados pelas cidades. Enfatiza-se sobre o desenvolvimento da segurança pública após a Constituição Federal de 1988 focando nas ações de proximidade entre órgãos estatais e sociedade civil. Apresenta-se o contexto de formação da cidade São Luís após a década de 1960 e como essa formação propiciou a constituição do bairro Cidade Olímpica, objeto de estudo da pesquisa monográfica. Descreve-se a formação do bairro até a atualidade trazendo à baila a dinâmica de serviços e equipamentos públicos existentes no bairro. A pesquisa desenvolveu-se sob o viés epistemológico interpretativo de abordagem qualitativa. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, bem como entrevistas para apreender o modo que os moradores compreendem a criminalidade e a segurança pública no bairro a fim de suscitar e fortalecer o debate.

Palavras-chave: Criminalidade. Segurança Pública. Medo. Violência. Percepção

ABSTRACT

Expressions of urban violence are daily noticed in different sectors of society. However, the most latent forms of criminal threats arising from the phenomenon of urban violence are located in peripheral urban neighborhoods. In this sense, the study visa of the residents of the city Olímpica, São Luís-MA, on crime and public safety. subsidizing the research addresses the conception of violence, the context of fear, developed and criminality in the urban - for the cities. It emphasizes the development of public security after the Federal Constitution of 1988, focusing on proximity actions between state agencies and civil society. The formation of the city of São Luís is presented in the 1960's research context and how this formation provided a neighborhood Cidade Olímpica, object of study of the monographic. The formation of the neighborhood until the present is described, bringing to the fore the dynamics of services and public facilities existing in the neighborhood. The research was developed under the interpretative epistemological bias of a qualitative approach. Bibliographic and documentary research were carried out, as well as interviews to apprehend the residents of the way that public security seeks crime and crime in the neighborhood in order to raise and intensify the debate.

Keywords: Crime. Public security. Fear. Violence. Perception

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sede do 43º BPM com fachada da 4ª CI	40
Figura 2: Cadetes estagiários com alunos do Projeto Cidadão do Bem	41
Figura 3: Unidade de Ensino Básico- Cidade Olímpica	53
Figura 4: Unidade Saúde da Família- Cidade Olímpica I.....	54
Figura 5: Canal da Baixa.....	55
Figura 6 Comércio do bairro.....	56
Figura 7 Praça da Família agrega lazer para população	56
Figura 8 Viatura Policial no bairro Cidade Olímpica.....	57
Figura 9 Grades nas portas e janelas de residências	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Comparativo de CVLI em São Luís- 2014- 2021	36
Gráfico 2 Comparativo CVLI no Maranhão- 2015/2020	37
Gráfico 3 CVLI- Bairro Cidade Olímpica 2018-2021	57
Gráfico 4 Armas de Fogo- Geral 43º BPM e apreendidas no bairro Cidade Olímpica	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área de atuação do 43º BPM	40
Mapa 2: Loteamento do Bairro Cidade Olímpica.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM	Batalhão de Polícia Militar
CCP	Conselhos Comunitários Pela Paz
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CPTED	Crime Prevention Trough Environmental Design
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MVCII	Mortes Violentas por Causa Indeterminada
MJ	Ministério da Justiça
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Polícia Militar
PPP	Pacto pela Paz
QOPM	Quadro de Oficiais da Polícia Militar
SAED	Sede Administrativa da Praça da Família Residencial Estrela Dalva
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Ocupações na cidade de São Luís 1960-1990.....	47
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E MEDO NAS CIDADES	21
2.1 A cidade como objeto de medo	23
2.2 Segregação socioespacial	26
2.3 Intervenção urbana e combate à criminalidade	28
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA	31
3.1 A conjuntura da Segurança Pública no Estado do Maranhão	33
3.2 A Polícia Militar na Segurança Pública e as estratégias de proximidade com a população	38
3.2.1. O 43º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão e sua atuação no combate à criminalidade	39
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO EM SÃO LUÍS E A FORMAÇÃO DO BAIRRO CIDADE OLÍMPICA	43
4.1 Particularidades da formação da cidade de São Luís: apontamentos gerais a partir da década de 1960	43
4.2 Formação do bairro Cidade Olímpica: segregação socioespacial, luta pelo direito à moradia e violência	49
5 METODOLOGIA	59
6 CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NO BAIRRO CIDADE OLÍMPICA-SÃO LUÍS-MA: percepções dos moradores	61
6.1 A criminalidade sob a perspectiva dos moradores	61
6.2 A segurança sob a perspectiva dos moradores	66
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE	77

1 INTRODUÇÃO

Intitulada *VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE: percepções dos moradores sobre criminalidade e segurança pública no bairro Cidade Olímpica- São Luís-MA*, esta monografia explicita os resultados de estudos e pesquisas sobre situações e questões enfrentadas pelos moradores que habitam o bairro. Suas percepções são aqui apreendidas como um modo particular das vivências cotidianas marcadas pela criminalidade e busca ao acesso de um direito fundamental e social efetivado constitucionalmente: a segurança.

Nos últimos anos, de maneira exacerbada, o medo da criminalidade urbana tem aumentado de maneira considerável. O sentimento de insegurança tem se tornado cada vez mais comum na vida das pessoas, passando a fazer parte de debates e de ações cotidianos. A criminalidade e a violência urbana têm assumido papel de destaque entre as preocupações da população brasileira.

Muitas pesquisas têm evidenciado que os índices de roubos, homicídios, latrocínios e outros crimes aumentaram exponencialmente, indicando ainda uma forte tendência de continuidade. Ou seja, tais crimes continuarão a acontecer, enquanto medidas não forem tomadas pelos governantes, no sentido de adotar abordagens científicas que busquem soluções para os problemas relacionados à segurança pública.

Nas palavras de Tuan (2005, p.231), “a cidade representa a maior aspiração da humanidade em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais.” No entanto, de acordo com este mesmo autor, “ela tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos” (TUAN, 2005, p.251)

As consequências da violência e da criminalidade sobre o espaço geográfico são significativas e marcantes, tendo destaque o medo, que é considerada a principal causa para o isolamento social, bem como para o crescimento do individualismo entre as pessoas, resultantes do sentimento de insegurança. Para os autores Burgos *et al* (2011), o imaginário do medo, nas sociedades modernas, assim como o tratamento inadequado da violência, pode acabar estabelecendo condições que colaboram com o desenvolvimento desse contexto imaginário. Como exemplo, menciona-se a mídia, que além de informar, corrobora com o aumento do sentimento

de medo, ao noticiar situações frequentes que envolvem atos violentos nos espaços urbanos.

Apesar de paradoxo, o medo da e na cidade, existiu desde o seu surgimento, tendo em vista o fato de ter sido elaborada, dentre outros fatores, a partir do medo. Tais elementos são socialmente construídos, resultando da forma como o homem compreende o ambiente em que está inserido e atua sobre ele, com base nos significados das relações que o envolvem.

O fenômeno da violência urbana tem tomado destaque no cenário nacional. Cotidianamente, a população é exposta a veiculação de notícias referente ao cometimento dos mais variados atos de violência seja em programas televisivos, em notícias em diversos sites na internet e até mesmo nas redes sociais. Nesse sentido, é possível perceber que o assunto permeia das conversas mais corriqueiras entre amigos, vizinhos e outros grupos sociais. Dentre as consequências de tais atos, têm-se o medo e a sensação de insegurança cada dia mais presentes nos lares brasileiros.

Os dados da violência podem ser medidos por meio de índices de criminalidade. Nesse sentido, analisando a conjuntura da violência no Brasil apresentado no Atlas da Violência 2021, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), no ano de 2019 ocorrem 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil. Levando-se em consideração esse valor em um quadro de crescimento dos homicídios de 1979 a 2017, o número é menor desde 1995. Por outro lado, ainda conforme os dados do Atlas da Violência 2021, os números de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI)¹ aumentam a cada ano.

Apesar de uma aparente queda no número das taxas de homicídios em todo país, o que se nota é um crescimento e constante sensação de insegurança pela população, principalmente às camadas mais vulneráveis social e economicamente.

Diante do exposto e da importância do assunto em questão, faz-se o seguinte questionamento: *Que percepções os moradores do bairro Cidade Olímpica-*

¹ Mortes violentas em que o Estado foi incapaz de identificar a motivação que gerou o óbito do cidadão. (Atlas da Violência 2021, IPEA, 2021)

São Luís-MA têm sobre a criminalidade e a segurança pública? Nesse sentido, pode-se compreender que a relevância da pesquisa se pauta na questão de compreender, a partir das narrativas dos moradores, como é percebida a criminalidade e a segurança pública. Nesse sentido, apreendendo as percepções dos moradores enquanto público que recebe os serviços da segurança pública e de que maneira percebem a criminalidade em seu cotidiano, os gestores de segurança pública podem desenvolver estratégias de enfrentamento ao crime e à criminalidade em nossa cidade.

Nessa esteira, o objetivo geral da pesquisa é analisar as percepções de moradores sobre a criminalidade e a segurança pública no bairro Cidade Olímpica-São Luís-MA. No que tange aos objetivos específicos buscou-se descrever concepções de violência, criminalidade e medo que se apresentam no contexto urbano, bem como caracterizar a área de estudo frente ao processo de desenvolvimento da cidade de São Luís para facilitar a compreensão da formação do bairro, além de apresentar ações e resultados de segurança pública na Cidade Olímpica.

Para maior compreensão das temáticas envolvidas na pesquisa, esta monografia encontra-se dividida em cinco capítulos.

No primeiro, a introdução, são apresentadas a natureza do tema, a relevância da pesquisa e a situação problema.

O segundo capítulo, “**Considerações sobre violência, criminalidade e medo nas cidades**”, traz à baila a discussão sobre esses temas a fim de subsidiar a construção desse estudo. É apresentado a cidade como objeto do medo nas sociedades urbanas, o desenvolvimento das cidades a partir do desenho da segregação socioespacial que cria e divide as cidades, além de uma breve discussão sobre a intervenção urbana como instrumento de combate à criminalidade.

O terceiro capítulo, “**Considerações sobre segurança pública**”, traz consigo o referencial teórico acerca do tema segurança pública. É discutido o desenvolvimento da segurança no país após a Constituição Federal de 1988 e as políticas que foram desenvolvidas sobre esse direito fundamental e social. É apresentado também a conjuntura da segurança pública no Estado do Maranhão com a implantação do programa Pacto Pela Paz, bem como resultados das ações.

O quarto capítulo, “**Considerações sobre a urbanização em São Luís e a formação do bairro Cidade Olímpica**”, discute as particularidades da urbanização da cidade São Luís a partir da década de 1960 e como esse desenvolvimento

culminou para o estabelecimento de diversos bairros na periferia urbana, dentre os quais, o bairro Cidade Olímpica, objeto de estudo dessa monografia.

O quinto capítulo apresenta a proposta metodológica. A pesquisa pauta-se no pressuposto epistemológico interpretativo de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos apresenta-se como exploratória e descritiva adotando como procedimentos técnicos pesquisa documental, bibliográfica e um estudo de caso. Para responder o problema de pesquisa foi utilizado como universo da pesquisa os moradores do bairro Cidade Olímpica, em São Luís – MA, aplicando como ferramenta de pesquisa uma entrevista, de amostragem não probabilística, e o tratamento dos dados ocorreu por meio da análise do conteúdo.

O sexto capítulo, “**Criminalidade e segurança pública no bairro Cidade Olímpica: percepções dos moradores**” apresenta os resultados da pesquisa.

O sétimo capítulo, apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E MEDO NAS CIDADES

A violência, a criminalidade e o medo são fenômenos consideráveis para o entendimento da insegurança que rodeia a sociedade hodierna. No entanto, tais fenômenos não são recentes e acompanham o homem desde os primórdios de sua existência.

Perceber a violência no cotidiano é um fato relativamente fácil, porém conceitua-la torna-se uma tarefa complexa na medida que essa análise adentra no campo sociocultural, pois ela pode assumir diversos significados dependendo do contexto e da maneira que os indivíduos a compreendem em suas vivências. Nesse sentido, Pilatti (2018, p.28) argumenta que é difícil conceituar violência, pois ela pode ser compreendida em diversas acepções de relação pessoal, relação política, social e cultural, e ser o resultado dessas interações. Pode ser considerada como elemento cultural normal e natural de determinado local e época. É um fenômeno positivo em alguns momentos e negativo em outros, mas sempre complexo.

Nesse interim, defende Paviani (2016, p. 8), que a violência pode ser natural, ou seja, todos os indivíduos estão propensos a ela pois é própria de todos humanos, ou, artificial, que geralmente ocorre um excesso de força de uns sobre outros. O entendimento de violência como força remete a etimologia da palavra:

A origem do termo violência, do latim, violentia, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética. (PAVIANI, 2016, p.8)

Compreende-se a violência de forma múltipla em sua conceituação e nesse trabalho adota-se a percepção desse fenômeno enquanto, segundo Bobbio, (1998, p.1291) “intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo)” e também conforme discute Pereira Junior (2017 apud Rocha,1996), a violência é sentida pelo homem quando seus direitos basilares são desrespeitados, direitos assegurados constitucionalmente, transmutando-se em um problema e, conseqüentemente, uma preocupação para o Estado.

Para Lima (2006, p.39), “a violência é a causadora de crimes violentos”. Nessa esteira, a Criminologia possui notável importância nos estudos que relacionam

a violência e a criminalidade e as perspectivas que advém dessa relação, pois, conforme pronunciam Bandeira e Portugal (2017), a Criminologia observa a interação do crime, entre o criminoso, a vítima e o controle social e as formas que esses fatores interferem no fenômeno criminoso.

Por conseguinte, discute Gonçalves (2015, p.8)

A criminalidade está presente de forma indiscriminada em países de primeiro e de terceiro mundos, impondo às sociedades o desafio de descobrir maneiras eficientes para lidar com a questão de tamanha complexidade. Os índices referentes à criminalidade no Brasil vêm crescendo consideravelmente nas últimas décadas. Fatores como o aumento da desigualdade social, a grande concentração populacional nos grandes centros urbanos, somada a falta de infraestrutura de apoio, a expansão do tráfico de drogas e o desenfreado crescimento populacional, contribuem para este fenômeno. A criminalidade se multiplica, amplia suas modalidades e se infiltra por todos os setores e ambientes da sociedade, desafiando as instituições voltadas para o seu controle.

N'outro giro, a percepção do medo nas sociedades contemporâneas enquanto fenômeno da escalada da violência e avanço da criminalidade adentram no fenômeno do medo que, nas palavras de Gavéria (2011, p.61), “a categoria do medo é construída socialmente, então, não evoca apenas um fenômeno psicológico, mas histórico e social também.”

O crescimento populacional como consequência processo de urbanização acaba transformando a sociedade suas relações, ante os problemas que derivam desse processo. Destarte, a sociedade atual é resultado de um grande processo de globalização caracterizado pelo forte sentimento de insegurança e medo, uma vez que a humanidade não demonstra ter capacidade para controlar a si mesma. (BAUMAN, 2008).

Nessa esteira de raciocínio, os novos perigos e reclamos sociais estão à tona ocasionando não apenas um aumento significativo da criminalidade, mas também novas formas de se apresentarem. São novos tempos e novos problemas sociais (pobreza, falta de saneamento básico, violência, dentre outros). Frente a esses novos problemas o ser humano passa a ter sua conduta modificada de igual forma, vendo-se tolhida a sua liberdade individual por conta do medo e da insegurança, passando a agir de forma mais violenta. (ARAGÃO, 2019, p.17)

Assim, para Gavéria (2011, p. 56) “os temores individuais derivam do clima de insegurança criado pelas ameaças do ‘outro’. E de que esses medos são acirrados ainda pela falta de controle de tensões e conflitos que dominam o território.”

Martins (2014, p.1) acrescenta:

Diante de tanta insegurança temos o crescimento de outro elemento característico da modernidade: o individualismo. Um indivíduo amedrontado e inseguro tende a pensar somente no seu próprio bem-estar, separando a sociedade em vários indivíduos que pensam e agem para si próprios, excluindo aquele que lhes é diferente. As desigualdades sociais e o crescimento da criminalidade aumentam ainda mais o medo e a sensação de insegurança na sociedade de risco. O bombardeio de notícias sobre a violência majorou a sensação de medo desenfreada na população.

Os espaços sociais com alto índice de criminalidade são compreendidos por Gavéria (2011) como “territórios da violência”, pois as pessoas que habitam nesses lugares defrontam-se cotidianamente com fenômenos violentos e as percepções que esses moradores possuem do local imprimem uma marca específica às relações sociais e às relações das pessoas com o espaço social. (GAVÉRIA, 2011).

2.1 A cidade como objeto de medo

Ao longo da história, a cidade tem se transformado em um símbolo de organização social e estrutural, configurando-se como um lugar de proteção e disponibilização de condições propícias à sobrevivência das pessoas, bem como tornou-se também um importante centro cultural e religioso. Enquanto construção humana, corresponde a um desejo do homem de ordenar as suas produções e as suas relações sociais. Em consonância a isso, as cidades foram estruturadas ao longo dos tempos, adotando modelos de ordem social que se baseiam em sucessivas subordinações de determinados grupos, em detrimento de grupos que se mantêm no poder (KOWARICK; ANT, 1982).

Como qualquer empreendimento humano, o processo de organização das cidades com o passar dos tempos apresentou falhas, resultando em novos padrões para garantia da estabilidade social. Com isso, estabeleceu-se a coerção através da imposição de normas que definiriam a forma de agir dos cidadãos. Entretanto, tal forma de controle da estabilidade e da ordem social também provocou desajustes, tanto nos momentos de maior como menor coerção social. Outras formas de controle surgiram, porém, todas malsucedidas, resultando em processos de instabilidade social e risco de perda do poder por classes dominantes (RAMOS, 2003).

De forma contemporânea, no que se tange ao fato de a cidade e seus cidadãos possuírem características diferentes, ela mantém a sua essência de produto da ação humana, resultante do desejo de organização e alteração do espaço, bem como da sua ação sobre a natureza. Entretanto, apesar das suas características

intrínsecas enquanto fruto de elaboração e sistematização, ela apresenta claros paradoxos (SANTOS; RAMIRES, 2009).

Diversos problemas se abatem sobre a cidade e seus moradores, causando, em certa medida, a deterioração da ideia utópica que, geralmente, tem-se a respeito desta. Problemas como a violência urbana, criminalidade, falta dos serviços de saneamento básico, pobreza, carência nos serviços de saúde e muitos outros afetam diretamente a qualidade de vida da população urbana. Muitos desses problemas acabam provocando o sentimento de medo na população. Entretanto, com o processo de modernização das cidades, o medo foi tomando uma nova configuração e “começando a gerar um tipo de medos distintos daqueles que gerava quando era um espaço pré-moderno.” (GRILLO, 2019).

Dessa maneira, “poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo do crime e dos criminosos” (BAUMAN, 2008, p. 2). Este medo, de fato, provém da ideia de que a força, a energia e os meios apropriados, são insuficientes para proteger os seus habitantes, causando uma sensação de insegurança e a má ação do outro torna-se um objeto de medo.

Conseqüentemente, surge uma visão maniqueísta da cidade, como resultado de uma percepção simplista e subjetiva. Dessa maneira, há os lugares onde pode-se viver e andar com tranquilidade e sem medo, enquanto há aqueles lugares onde as chances de sofrer coma violência são evidentes. Do mesmo modo, há aquelas pessoas que, por determinadas características, são perigosas, bem como aquelas que não oferecem riscos ao demais (BURGOS *et al.*, 2011).

Evidentemente, a preocupação com a criminalidade urbana não é algo recente. Pelo contrário, sempre foi algo inerente ao cotidiano urbano, entretanto, no mesmo nível que as demais angústias da vida urbana, assaltos e roubos não representavam um problema maior que os demais. Na verdade, as ações de guerras causavam mais medo nos moradores das cidades, pois os membros dos exércitos não tinham qualquer noção de respeito com os moradores, tornando-se comum ações de vandalismo, roubos, saques, estupros e tortura por parte dos soldados, que deixavam rastros de destruição por onde passavam (RIBAS; SCHMID; RONCONI, 2010).

Durante a primeira metade do século XX, as preocupações voltam-se para as duas grandes guerras mundiais. A Primeira Guerra Mundial envolveu quase todos os países europeu, com exceção dos países da América do Norte, da Oceania, alguns

países africanos e asiáticos. De maneira semelhante, a Segunda Guerra Mundial envolveu quase todos os países do mundo, mesmo que de maneira indireta. Alguns outros conflitos internacionais, de menor proporção, ocorreram neste período, enquanto todas as atenções voltavam-se para as consequências destes (FARIAS *et al.*, 2017).

Com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial, duas importantes potências econômicas, políticas e bélicas mundiais surgiram: Os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que acabaram travando um período bélico entre si.

Esse conflito apresentou características particulares e próprias, configurando-se como uma guerra cujas ameaças foram veladas pela promessa de uso do poderio bélico de ambas as partes a qualquer momento. Dessa forma, após o fim da Segunda Guerra Mundial, surge um período de estabilidade entre os países e os conflitos eram resolvidos de maneira diplomática. Essa estabilidade refletiu-se no cotidiano das cidades, onde, de forma geral, a lembrança dos momentos de violência e de horrores da guerra ainda eram projetadas, agora com uma nova face, em função da emergência de novas guerras e, localmente, com a exacerbação dos crimes contra o patrimônio e contra a vida (ROLNIK, 2004).

Portanto, o aumento dos índices de criminalidade e da violência urbana configuram-se como um novo fenômeno, de tamanha relevância que, como menciona Lourenço (2013, p. 19), “as ameaças mais frequentemente referidas na maioria dos estudos sobre as cidades dos países em desenvolvimento são a criminalidade e a violência e os desastres ambientais.”

A intensificação da criminalidade e da violência urbana caracterizam-se como resultados da precipitação do processo de urbanização e das injustiças sociais que marcam os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Isso configura-se como uma consequência da deterioração do padrão de Estado Keynesiano associado a um trabalhador fordista, cuja práxis baseava-se em princípios solidários, simultaneamente ao surgimento de um Estado com uma visão darwinista defensor da competitividade, da falta de responsabilidade, do individualismo e do desinteresse com as necessidades comuns (BAUMAN, 2008).

Desse modo, a cidade transmuta-se de ambiente de acolhimento e integração, para um ambiente de presenças, lugares, vínculos e interações indesejadas. Os que fazem, dão vida e são a razão de existência da cidade são

(trabalhadores), paradoxalmente, aqueles que convertem este ambiente num local repugnante e inseguro. A partir de então, esses locais e indivíduos são categorizados como rejeitos e escórias da cidade e passam a ser evitados, tendo em vista que não se enquadram no padrão da normalidade construída (SANTANA, 2003).

2.2 Segregação socioespacial

Ao analisar o contexto de violência e criminalidade que acompanham a urbanização brasileira, encontra-se uma mediação comum e central: trata-se da segregação socioespacial. Nesta, a precariedade urbana e a vulnerabilidade da organização da vida nas balizas da pobreza, do trabalho incerto e da ausência de garantia de direitos humanos e sociais concorrem para a hierarquização na distribuição dos diversos segmentos sociais no território da cidade.

Ao tecer considerações teóricas relativas à categoria segregação socioespacial, Ramos (2003, p. 138) faz a seguinte pontuação:

[...] esse fenômeno (a segregação socioespacial) é também chamado de 'exclusão social' e resulta das relações sociais capitalistas, ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca da riqueza social; os poucos que detêm esses meios apropriam-se do valor agregado pelo trabalho dos outros, conseqüentemente, é também desigual o acesso aos equipamentos e serviços coletivos, com base no direito natural e inalienável da propriedade privada.

Seguindo essa orientação teórica, a análise de situações urbanas e sociais pertinentes à criminalidade, na perspectiva de demarcar seus fundamentos mais gerais, não deve perder de vista a natureza das relações de produção e da estrutura das classes sociais, assim como questões inerentes à constituição do espaço urbanizado na sociedade capitalista, especialmente aquelas atinentes à estruturação e alocação dos serviços e equipamentos urbanos nos campos da reprodução do capital e da força de trabalho.

Nesse contexto, discute Ricardo, *et al.* (2013, p. 4)

Cidades tornaram-se reféns da violência, sitiadas em guetos e com a população cada vez mais insegura e vítima dessa situação. Criam-se limites que não são apenas proeminentes visualmente, mas também contínuos na sua forma e sem permeabilidade à circulação, atuando mais como barreiras do que como elementos de ligação. Conseqüentemente, as partes da cidade acabam ficando separadas, dificultando a integração e a construção de um ambiente urbano conectado.

Para os grupos sociais médios e superiores se reservam as zonas melhor aquinhoadas de serviços e equipamentos públicos urbanos e à classe operária e

camadas populares, principalmente os segmentos mais empobrecidos, resta à possibilidade de construir suas moradias em áreas pouco valorizadas.

O atual e particular processo de produção, alocação e distribuição dos equipamentos e serviços públicos na cidade, organizado fortemente pelos interesses de agentes empresariais urbanos, pode ser entendido, conforme Ramos (2002, p. 139), nos seguintes termos:

[...] - de um lado, a lógica das infraestruturas e dos serviços coletivos públicos organizados com base em relações de consumo não inteiramente mercantis, além do sistema de transporte – rede de rodovias e transportes coletivos -, que determina o grau de acessibilidade a equipamentos e a serviços coletivos, à localização dos grandes equipamentos públicos, como universidades, hospitais e centros de formação profissional, aos serviços de correio, às redes de telecomunicações e às superinfóvias;
- de outro lado, a lógica mercantil dos serviços privados que organiza o consumo mercantil, englobando o sistema bancário, o sistema comercial – comércio varejista, grandes centros comerciais, cafés, restaurantes, hotéis etc.- o sistema de medicina liberal, a rede de cinemas e teatros, as universidades privadas e outros.

Na mesma linha analítica, segundo Mendes (2005), expressando contradições inerentes à acumulação e sociabilidade capitalista, as relações entre as frações de classes sociais impõem à vida urbana uma série de questões e desafios que opõem interesses relacionados à valorização do capital e às necessidades sociais de reprodução dos trabalhadores. Nessa perspectiva, analisa Gonçalves (2015, p. 12):

A desigualdade social se mostra o problema central e causador de todas as vertentes e variedades de tipos de violência. Em busca de melhores condições devida, grandes contingentes populacionais deixaram a vida rural para superlotar cidades sem condições de infraestrutura para ampará-los. A falta de educação, de emprego, de condições sanitárias mínimas e de alimentação, leva milhares de pessoas ao limite da sobrevivência. Então, para muitos destes parece só haver soluções como, roubar, matar, traficar, etc. A criminalidade do mundo atual está cada vez mais complexa e impregnada em todos os setores da sociedade, entre os ricos e pobres. Está mais diversificada pelo tráfico de drogas e de pessoas, pela corrupção generalizada, indo até os conflitos violentos no trânsito, nas comunidades e nas famílias.

Assim, a distribuição dos grupos sociais no território urbano manifesta o que Ramos (2003) denomina de “hierarquização na distribuição dos grupos ou ‘categorias sociais’ nos espaços territoriais do município” e mantém estreita relação com a alocação e distribuição no espaço da cidade dos equipamentos e serviços coletivos urbanos.

2.3 Intervenção urbana e combate à criminalidade

É fato notório e incontrovertível que a preocupação com a segurança pública se faz presente no cotidiano das pessoas. Segundo o Relatório Global sobre Assentamentos Humanos² (2016), do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) 70% dos brasileiros sofrem com a sensação de insegurança nas cidades.

Por conseguinte, o estudo intitulado *2018 Global Law and Order*, realizado pelo Instituto Gallup³, o Brasil é o quarto país no mundo em que as pessoas se sentem mais inseguras, entre 142 nações.

Corroborando com essa linha analítica dados da ONU que dão conta que 60% das pessoas que vivem em cidades de países em desenvolvimento foram vítimas de crime pelo menos uma vez nos últimos cinco anos. A urbanização dessas cidades acompanhou o aumento nos níveis de criminalidade, violência e desordem, tornando a América Latina a região mais afetada pela criminalidade no mundo. (ONU-HABITAT, 2018).

Esse contexto apresenta uma dimensão socioespacial da cidade, como um local de ocorrência de atitudes delitivas, propagação da sensação de insegurança e onde a intervenção direta deve buscar o combate à criminalidade e ampliação dos níveis de segurança. (ARAGÃO, 2019, apud COMPANS, SOUZA, 2009)

O ordenamento do espaço configura-se como um reflexo do ordenamento das relações interpessoais. Com isso, as pessoas podem ser consideradas tanto a matéria-prima como a forma das estruturas urbanas. Os edifícios, por exemplo, são produtos físicos resultantes da ação humana, mas também são produtos das relações sociais, repletos da cultura da sociedade. Nesse contexto, nas ações de prevenção

² A pesquisa foi realizada em cidades de 35 países desenvolvidos e em desenvolvimento e os entrevistados responderam ao seguinte questionamento: “sentem-se seguros quando voltam para casa à noite?”. Os índices mais elevados de percepção de medo vieram do Brasil (70%) e o menor índice foi da Índia (13%).

³ A Gallup Poll é uma empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos, fundada em 1930 pelo estatístico George Gallup. O relatório *Global Law and Order 2018* apresenta a resultados das últimas medições da Gallup com base em mais de 148.000 entrevistas com adultos em 142 países no ano de 2017.

ao crime, um aspecto muito importante a ser levado em consideração é a configuração dos elementos que constroem a paisagem urbana (SANTOS, 2005).

A desorganização do espaço urbano é ambiente propício a criminalidade e deve ser combatida através de espaços públicos planejados e administrados de forma participativa, com vistas a reduzir a incidência de delitos e violência, aumentando a sensação de segurança das pessoas ao incentivar a permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando a qualidade de vida da população. (ARAGÃO, 2019, p. 32)

Nessa esteira, essa percepção de que os elementos que constroem as paisagens possuem relevância na prevenção ao crime, tem sido gradualmente construída com base em diversas pesquisas. Com base nisso, surgiram ideias e estratégias de configuração para a prevenção do crime no espaço urbano, como o espaço de “prevenção do crime através do espaço construído” cuja sigla em inglês é CPTED (Crime Prevention Trough Environmental Design), empregadas em muitos países (ALVES, 2011).

São quatro os princípios do CPTED:

- vigilância natural – a disposição do espaço pode facilitar a possibilidade de ver e ser visto por outros. A boa visibilidade de um lugar aumenta a possibilidade de controle sobre este pelos seus residentes e utilizadores.
- territorialidade – o sentimento de propriedade pode ser reforçado quando os residentes se identificam com os espaços e quando a configuração do espaço é compreensível para eles.. A definição do território estimula um sentimento de propriedade e pertencimento do espaço público. Isso contribui com a manutenção e a correta utilização dos espaços;
- controle social dos acessos – pretende desencorajar o delinquente, aumentando o risco de que seja pego. Isto pode ser conseguido, por exemplo, canalizando a circulação para determinados locais por meio da utilização de passeios, portões, iluminação e árvores, o que possibilita maior controle do espaço;
- manutenção do espaço público – pode ser feita tanto pelo poder público como pela comunidade. (RICARDO, *et al.* p. 7-8 (2013)

Os principais elementos da estrutura urbana são as calçadas e as ruas. De forma geral, ao se falar em centros urbanos, logo se imaginam as ruas. Elas compreendem o principal elemento de constituição desses espaços. Com isso, pode-se dizer que as ruas correspondem à cidade e, o medo da cidade nasce das experiências inseguras vivenciadas nas ruas (FARIA *et al.*, 2017).

Logo, se não existem experiências de medo, não existe medo na cidade, ou de fato, não existe medo nas calçadas e ruas. No entanto, basta uma única experiência de violência para que esse advento ganhe repercussão e aumente e probabilidade de que outros aconteçam. Nesse contexto, a manutenção de segurança das ruas ocorre, principalmente, pelo seu uso pelas pessoas (CAVALCANTI, 2008).

Jacobs (2013, p.34)) descreve uma situação a respeito dessa assertiva:

Moro no North End há 28 anos, e em todo esse tempo não ouvi falar de um só caso de estupro, roubo, abuso de criança ou outro crime urbano desse tipo. Se tivesse havido algum, eu teria sabido mesmo que os jornais não tivessem publicado. Meia dúzia de vezes, nas três últimas décadas, diz Havey, supostos molestadores tentaram seduzir uma criança ou, altas horas da noite, atacar uma mulher. Em todos os casos, a tentativa foi frustrada por transeuntes, pessoas nas janelas e comerciantes

Dessa maneira, para que uma rua seja considerada segura, devem ser levados em consideração alguns requisitos: a necessidade de delimitação entre o que é público e o que é privado, de maneira que não haja margens para confusão; toda e qualquer edificação deve ter muitas aberturas voltadas para a rua, de forma que seja alvo de observadores; a rua deve possuir muitos transeuntes, de maneira que promovam a vigilância, como também para atrair pessoas das casas para se entreterem com o movimento da rua (CAVALCANTI, 2008).

No entanto, não é um fato tão simples manter a ocupação e a vigilância das ruas. Faz-se necessária a adoção de ações que promovam a ocupação desses espaços, como a instalação de lojas, comércios, bares e ambientes que tornem as localidades vivas e pontos de convivência entre as pessoas (FARIAS et al., 2017).

Corroborando, Crowe e Zahm (2014, p. 22-23) mencionam que:

Controle de acesso usa portas, arbustos, cercas, portões e outros elementos de design físico para desencorajar o acesso a uma área por todos, exceto pelos usuários pretendidos. A vigilância é conseguida através da colocação de janelas em locais que permitem que os usuários pretendidos para ver ou ser visto, garantindo que os intrusos serão observados também. A vigilância é reforçada por fornecer iluminação adequada e paisagismo que permitem vistas desobstruídas. Finalmente, o território é definido por calçadas, paisagismo, varandas e outros elementos que estabelecem as fronteiras entre áreas públicas e privadas. Estas estratégias trabalham juntas para criar um ambiente no qual as pessoas se sintam seguras para viver, trabalhar, viajar ou visitar.

Portanto, pode-se dizer que o desenho e a disposição dos espaços urbanos têm íntima relação com a questão da segurança pública, especialmente no caráter de prevenção das abordagens apresentadas e na promoção da sensação de segurança entre os habitantes da cidade.

Nesse sentido, a intervenção urbana é a forma pela qual os governantes através das políticas públicas em todas as áreas devem buscar estruturas para que a cidade e seus cidadãos tenham todos os seus direitos constitucionais assegurados, entre eles, a segurança pública.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

O debate acerca da segurança pública vem ganhando nos últimos anos importante destaque no cenário nacional, seja pela veiculação frequente na imprensa, nos debates cotidianos da população e, mais recentemente, nas redes sociais. Desse modo, é necessário apreender as questões primordiais que suscitam tal debate e analisar a forma que essa política se delineia a partir da redemocratização brasileira nos anos 1980.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu arcabouço inúmeras inovações no que tange a garantia de direitos e por isso é considerada como a Constituição Cidadã. No que se refere à segurança públicas pode-se elencar os seguintes avanços: estabeleceu o direito à segurança como um dos direitos fundamentais, definido no caput do Art. 5º, e também como direito social, elencado no caput do Art. 6º, e ainda traz um capítulo intitulado Da segurança pública.

Nessa esteira, a Carta Magna ao inaugurar o direito à segurança no rol de direitos fundamentais e sociais estabelece que o Estado possui dever legal de assegurar um ambiente social ordenado e seguro para todos os cidadãos, indistintamente. Por outro lado, quando esse direito não é de fato executado e exercido surgem expressões da questão social que interferem nas vivências cotidianas da população.

Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC,(2010, p. 22), “a segurança pública é um direito humano fundamental, e é função do Estado [...] promover esse direito para todos os indivíduos, especialmente por meio da elaboração de políticas públicas direcionadas a enfrentar as características da violência no país.”

A emergência de efetivação de políticas públicas de segurança advém da necessidade da própria sociedade como uma demanda por solução do fenômeno da criminalidade ou como resultado de uma política existente ineficiente. Conforme destaca Carvalho e Silva (2011, p. 63), “a segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada.”

Assim, a consolidação desse direito fundamental e social perpassa pela colaboração entre os diversos agentes elencados no artigo 144, CF 88, que atuam “direta ou indiretamente na busca de soluções para problemas relacionados à

manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção de violências.” (COSTA; LIMA, 2014, p. 482)

Apesar de a Constituição Federal de 1988 instituir o compromisso legal da segurança pública como “dever do Estado e responsabilidade de todos”, a historicidade demonstra que apenas uma década depois a segurança passou a ser pensada como uma demanda dentro de uma sociedade organizada democraticamente. (SSP, 2015)

Nesse contexto, são criados órgãos e programas desenvolvidos pelo governo federal visando a prevenção no âmbito da segurança pública envolvendo estados e municípios. Em 1997 é criada a SENASP⁴ (Secretaria Nacional de Segurança Pública) no Ministério da Justiça (MJ), o Programa de Integração das Informações Criminais, em 1995, e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em 2001. (FONTOURA *et al*, 2009)

A perspectiva preventiva adotada pela SENASP, conforme explicita Rolim (2018, p. 33), perpassa pela “necessidade de identificar, em cada local, os agenciamentos equivalentes para o crime e a violência e, a partir deste diagnóstico, elaborar políticas específicas que, tanto quanto possível, os previnam.”

Prevenir o crime, é, portanto, o grande objetivo das ciências ligadas à criminologia e de todos os segmentos interessados no bem-estar da humanidade, que veem o crime de forma global, consequência da atuação conjunta de seus componentes e sob a ação de fatores socioeconômicos, políticos, culturais, do espaço e das pessoas que o utilizam. Compreender a criminalidade não significa apenas detectar os espaços de crimes e suas características para ações repressivas, mas buscar formas de prevenir o fato a partir de políticas públicas de segurança. (ARAGÃO, 2019, p. 36)

Por conseguinte, percebe-se uma abordagem sobre a questão da segurança pública voltada para um viés de prevenção buscando o fortalecimento dos órgãos e agentes envolvidos para atuar no combate à violência e à criminalidade que acarretam transtornos para população.

Tem se na SENASP uma instituição que busca proporcionar uma série de melhorias no seio da sociedade, por meio de uma política de participação ativa de todos os setores da comunidade. Com a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) projetos que visam diminuir a criminalidade e a violência acabaram por encontrar o amparo e o incentivo necessários para a continuidade do trabalho. (PEREIRA JUNIOR, 2017, p. 29)

⁴ A SENASP foi criada por meio do Decreto no 2.315, de 4 de setembro de 1997, tendo sucedido a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG), criada em 1995.

Nesse sentido, percebe-se uma ação clara do Estado em adequar o desenvolvimento de políticas às necessidades humanas, adotando o desenvolvimento de políticas públicas que visam garantir os direitos assegurados constitucionalmente.

Nessa perspectiva, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Segurança Pública por meio da articulação com os estados da federação, visando garantir a segurança da sociedade tendo como eixo político estratégico um conjunto de ações delineadas em planos e programas a serem implementados através de parcerias com os estados. [...]

A criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) inova na questão do enfrentamento da violência e da criminalidade combinando ações com políticas sociais para a prevenção, controle e repressão da criminalidade introduzindo o conceito de segurança cidadã e incluindo o sistema prisional. (SSP, 2015, p. 7)

Consoante ao fortalecimento da estratégia de desenvolvimento da segurança pública voltada a ações preventivas com integração dos agentes sociais arrolados no desenvolvimento dessa política, é estabelecida em 2006 a Política Nacional de Polícia Comunitária e Segurança Comunitária e realizado o Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, com o escopo de formar policiais, guardas municipais e lideranças comunitárias nesta temática com a finalidade de transmutar tanto a matriz conceitual como as práticas dos profissionais e instituições de segurança.

Percebe-se continuamente os esforços de articulação dos agentes para implementação políticas de segurança pública, pois se antes as soluções ancoravam-se basicamente na repressão através do emprego das forças policiais e de justiça, atualmente um novo marco conceitual faz se claro, demonstrando outras alternativas que não somente as de caráter repressivo mas também em ações articuladas preventivas de busca pelo diálogo e estabelecimento de parceria entre instituições de segurança pública e sociedade face à complexidade do problema da criminalidade e da violência que persiste no cotidiano da sociedade.

3.1 A conjuntura da Segurança Pública no Estado do Maranhão

Os índices de violência e criminalidade no estado do Maranhão, assim como em outros estados da federação, impõem uma preocupação à agenda política por parte do Estado e da sociedade no desenvolvimento de políticas de segurança que respondam e combatam as diversas modalidades criminosas que se desenvolvem no espaço social e que causam transtornos à população.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, desde 2003, o Maranhão possui parceria com o Ministério da Justiça/SENASP por meio de convênios firmados, que têm contribuído para o ordenamento do Sistema de Segurança. Não obstante, o investimento realizado ainda se mostra limitado para responder ao fenômeno da criminalidade, visto que a violência é resultado de diversos fatores que possibilitam essa situação. (SSP, 2015)

Portanto, o desenvolvimento de políticas de segurança pública delinea-se a partir de um viés de proximidade entre órgãos e sociedade a fim de se estabelecer um ambiente social mais seguro. Nas palavras de Aragão (2019, p. 38) “o cidadão que participa da governança tende a confiar mais no governo e ficar satisfeito com a gestão pública”

Nessa conjuntura, o estado do Maranhão desenvolve o Programa Pacto pela Paz. Criado a partir da Lei nº 10.387/2015, o PPP é um programa governamental que possui como objetivo reduzir os índices de criminalidade e violência, promover a paz social, promoção dos direitos humanos e do respeito às normas legais. Esse programa atua nas vertentes preventiva, repressiva e com políticas que buscam a integração entre governo e sociedade.

Ademais, discute Pereira Júnior (2017), que o PPP aspira ainda, a implemento de ações de policiamento comunitário; pois por meio desse tipo de policiamento a população tem mais proximidade para manifestar suas demandas efetivas, contribuindo com o Estado na elaboração de estratégias que buscam alcançar melhorias para o local onde habitam. O PPP não é restrito a ações no campo da segurança pública, mas também intervenções na área social, permitindo aos moradores o acesso aos serviços públicos fundamentais.

Nesse sentido a lei supracitada institui o seguinte:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Maranhão, o Pacto pela Paz (PPP) destinado a promover e apoiar esforços das instituições públicas, entidades da sociedade civil e cidadãos, visando à redução da violência e à difusão de uma cultura da paz, do respeito às leis e aos direitos humanos.

Art. 2º O Pacto pela Paz será coordenado pelas seguintes instâncias:

I - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, de que tratam as Leis nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003 e 8.868, de 25 de agosto de 2008;

II - Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, de que trata a Lei nº 8.434, de 28 de junho de 2006.

[...]

Art. 3º O Pacto pela Paz é articulado e debatido em nível local pelos Conselhos Comunitários pela Paz - CCP.

Conforme explicitado no texto da lei, diversos órgãos estaduais trabalham continuamente em sintonia para a efetivação da segurança pública no estado do Maranhão. A coordenação do PPP é de responsabilidade conjunta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH) e do Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, sendo a coordenação executiva do PPP exercida por servidor público escolhido pelo governo estadual, conforme preceitua o art. 2º da lei que institui o PPP. Essa medida visa realizar uma gestão conjunta entre a sociedade civil e o poder executivo, por meio do CEDDH.

Outra medida importante que tem por objetivo a participação da sociedade é o estabelecimento dos Conselhos Comunitários pela Paz (CCP). Nesse interim, a lei nº 10.387/2015 trata no artigo 3º sobre os objetivos dos CCP:

§ 1º Constituem objetivos dos Conselhos Comunitários pela Paz:

I - Propiciar uma aproximação entre as instituições policiais e a comunidade, fortalecendo vínculos e transmitindo mais confiança e sentimento de segurança à população;

II - Avaliar ações dos órgãos de segurança pública em benefício da comunidade;

III - discutir com a comunidade os problemas relacionados à segurança pública e aos direitos sociais que impactam na temática, a fim de buscar soluções e encaminhar as demandas para os órgãos competentes;

IV - Desenvolver campanhas de caráter preventivo, visando orientar a população sobre condições e formas de segurança, a fim de combater as causas que geram a criminalidade e a violência em geral, promovendo uma cultura da paz, do respeito às leis e aos direitos humanos

Os Conselhos Comunitários pela Paz, nas palavras de Ribeiro (2017. p.15), “são canais de participação popular em assuntos ligados à segurança pública em seu sentido mais amplo. Eles têm caráter consultivo e podem ser constituídos por município, bairro ou comunidade.” Ademais, reforça Pereira Júnior (2017), os CCP têm como atribuição proporcionar a proximidade da polícia com a sociedade com a ênfase no fortalecimento de vínculos entre a instituição policial e a comunidade local através de parcerias que viabilizam a permanente de comunicação entre as duas partes, permitindo o diálogo de questões relacionados à segurança pública e problemas de ordem social, encaminhando as demandas aos órgãos responsáveis pelas resoluções.

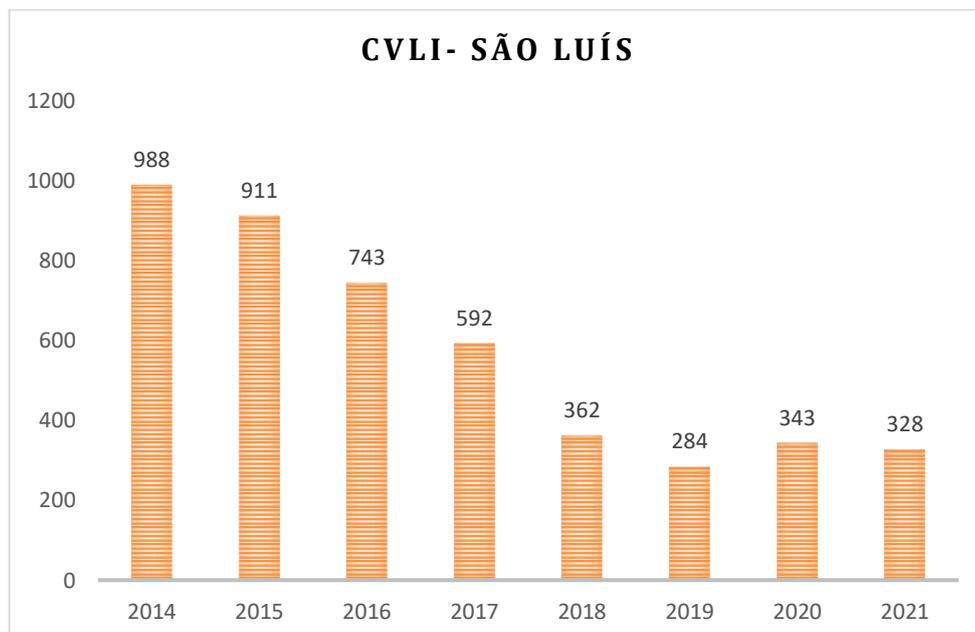
Outra finalidade dos Conselhos é conhecer os problemas de cada localidade pela ótica dos moradores e demais usuários dos serviços das organizações policiais. O diagnóstico dos problemas, com mais precisão e construído por ambas as partes, permite, por exemplo, o desenvolvimento de ações voltadas para o controle da violência e da criminalidade. Permite ainda, a discussão desses problemas com os responsáveis pelas ações policiais naquela região auxiliando no estabelecimento de prioridades. (RIBEIRO, 2017. p. 17-18)

Diante do exposto, o PPP se apresenta como uma ferramenta crucial no tratamento da política de segurança pública no estado do Maranhão, pois estabelece um canal de comunicação entre a sociedade civil organizada e as instituições responsáveis pelo gerenciamento e execução dessa política. Além disso, preocupa-se com a prevenção, repressão qualificada, valorização do seu Corpo de Segurança (promoções, aquisição de viaturas, equipamentos, efetivo, capacitações, etc.) e como resultado apresenta redução significativa nos índices criminais⁵.

Nota-se um empenho do governo em propiciar melhores condições de segurança à sociedade. Nesse sentido, a intervenção do Estado através do desenvolvimento e implementação de políticas públicas de segurança assegurou resultados satisfatórios em relação ao cômputo da criminalidade a partir de 2015, quando o Programa Pacto pela Paz foi institucionalizado.

Confirma-se a assertiva acima analisando, os índices Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em São Luís. Segundo dados da Unidade de Estatística e Análise Criminal, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, o número de crimes violentos em São Luís vem caindo desde 2015., quando foi implementada uma nova política de segurança e combate à violência.

Gráfico 1 Comparativo de CVLI em São Luís- 2014- 2021



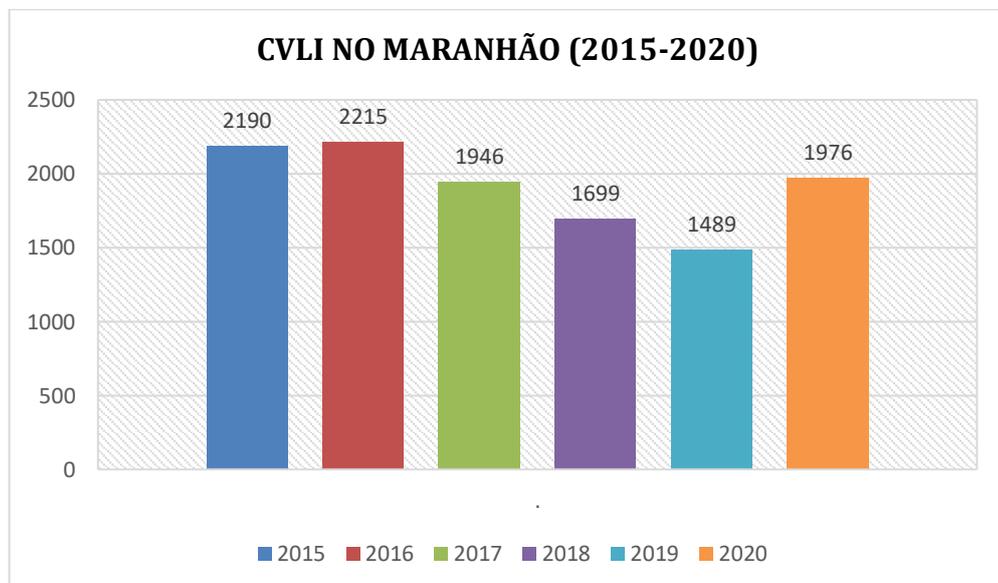
⁵ A queda refere-se aos índices de Crime Violentos Letais Intencionais, em que estão inseridos os homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte. (PROGRAMA PACTO PELA PAZ, 2017)

Fonte: Unidade de Estatística e Análise Criminal (SSP, 2022)
Gráfico elaborado pela autora

Observa-se que de fato a implementação de uma política mais preocupada com o aparelhamento das instituições de segurança pública e focada no estabelecimento de parceria entre governo e sociedade possibilitou o decréscimo nos índices de criminalidade.

N'outro giro, ao analisarmos de modo geral os índices de ocorrência de CVLI no estado do Maranhão, é demonstrado, pelo Boletim Criminal do Maranhão⁶- Crimes Violentos (2021), elaborado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), que entre os anos 2015-2019, o Maranhão registrou redução de 9,8% das ocorrências de CVLI.

Gráfico 2 Comparativo CVLI no Maranhão- 2015/2020



Fonte: Boletim Criminal do Maranhão- Crimes Violentos (2021)
Gráfico elaborado pela autora.

No entanto, após três anos consecutivos de redução dos registros de homicídios, o estado do Maranhão⁷ apresentou elevação das ocorrências no ano de 2020.

Essa tendência foi observada em escala nacional pressionada pelo aumento de disputas por território das facções e crises penitenciárias, registradas durante a Pandemia da COVID-19, o que influenciou diretamente o

⁶ O Boletim Criminal do Maranhão tem o objetivo de disseminar dados e informações para subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de prevenção, controle e combate à violência no Maranhão. (IMESC, 2021)

⁷ Observa-se a tendência de aumento de CVLI na cidade de São Luís no ano 2020 decorrente as dinâmicas estabelecidas na pandemia de COVID-19.

crescimento significativo observado, com destaque para a região Nordeste (IMESC, 2021 apud IPEA, 2020).

Os dados apresentados pelo Boletim Criminal (2021) são relevantes para análise do cenário da segurança pública no estado, dentre os quais destacam-se:

- ✓ O Maranhão atingiu a marca de 27 casos de CVLI por 100.000 habitantes, tornando-se o 13º estado do Brasil e o quarto do Nordeste com maior incidência;
- ✓ A cidade de São Luís destaca-se com redução de 63,5% de incidência das ocorrências de CVLI;
- ✓ Observa-se um movimento de interiorização e dispersão das ocorrências nos centros regionais, seguindo os eixos das BR-135, 316 e 010.

Percebe-se o desenho de dinâmicas criminosas influenciadas por processos sociais decorrentes da pandemia de Covid-19 e que requer, por parte dos agentes da segurança pública, a criação de mecanismos de controle para combatê-las.

3.2 A Polícia Militar na Segurança Pública e as estratégias de proximidade com a população

A Polícia Militar possui sua missão e competência elencado no Art 144 da Constituição Federal, o qual estabelece: “às policias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. Nesse viés, conforme Paredes (2014 apud Moreira Neto (1987), a Ordem Pública é a situação de convivência harmoniosa da população alicerçada nos princípios éticos vigorantes na sociedade, guia-se na condição de pessoas e patrimônio protegidos e livres de ameaças de pessoas em conflito com a lei, sem conotação ideológica ou adversa.

A Polícia Militar, enquanto parte do Sistema de Segurança Pública, é “o principal mecanismo encontrado pelo Estado moderno de garantir a manutenção da lei e da ordem, tendo, portanto, a prerrogativa do uso da força como ato legítimo e constitutivo da sua função” (Bueno, 2014, p.511) Assim, compreende-se que a prestação do serviço policial à sociedade envolve o uso da força para garantir a manutenção da lei e da ordem pública.

Possui como premissa central a segurança da população por meio do policiamento ostensivo, com a presença de militares uniformizados e equipados e de fácil identificação pela população. O serviço policial militar minimiza a ocorrência de crimes e garante a sensação de segurança tão almejada pela população em geral.

Essa forma de atuação caracteriza-se como polícia administrativa, agindo preventivamente para dissuadir a ação criminosa e o cometimento de crimes.

As profundas transformações nas dinâmicas societárias impuseram para as instituições policiais militares a necessidade de estabelecer aproximação com o cidadão, pois no exercício do policiamento ostensivo é rotineiro o contato do policial com a sociedade. O incremento desse contato trouxe na doutrina de policiamento o desenvolvimento de estratégias de policiamento comunitário em diversos locais do mundo com resultados positivos no que diz respeito ao combate à criminalidade.

O policiamento comunitário é o policiamento ostensivo com suas características, princípios e variáveis, e que busca, além de evitar a prática de delitos e condutas antissociais, a realização de uma filosofia de participação da comunidade como parceria no processo de identificação, priorização e resolução de problemas. O policiamento comunitário é o policiamento ostensivo perfeitamente integrado à determinada comunidade. É a doutrina de policiamento ostensivo cuja aplicação foi discutida com a comunidade para atender às suas peculiaridades. (PAREDES, 2014, p. 98)

Essa estratégia e filosofia de policiamento comunitário busca diminuir os entraves entre organização militar e parte da população que reconhece a instituição como reprodutora de estereótipos do período militar que viveu o país. Por esse motivo, reconhece Fontoura (*et al*, 2009, p. 182), que as ações s de polícia comunitária podem colaborar “fundamentalmente no sentido de recuperar a confiança da população na polícia e de contribuir para o controle social sobre as instituições policiais, democratizando-as”.

3.2.1. O 43º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão e sua atuação no combate à criminalidade

O 43º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão foi criado pela Medida Provisória nº 374, de 22 de dezembro de 2021. Anteriormente, 4ª Companhia Independente, o 43º BPM é subordinado ao Comando de Policiamento Metropolitano Leste (CPAM-Leste), que por sua vez é subordinado ao Comando de Policiamento Metropolitano (CPM).

O 43º BPM é comandado atualmente pelo Major QOPM Adonias Everton Dias Filho e é sediado no bairro Cidade Olímpica. Atua diuturnamente nos seguintes bairros: Andiroba, Apaco, Cajupari, Cajupe, Cidade Olímpica, Conjunto Alexandra Tavares, Conjunto Maria Aragão, Coquilho, Cruzeiro de Santa Bárbara, Habitar Nice Lobão, Jardim América, Jardim São Raimundo, Loteamento Canaã, Mato Grosso, Nova Betel, Pontal da Ilha, Residencial do Careca, Residencial Francisco Lima,

Residencial Ivaldo Rodrigues, Residencial José Reinaldo Tavares. Residencial Nestor, Residencial Nova Vida, Residencial Jerusalém, Residencial Tiradentes, Residencial Valiam, Reio do Meio- Tibiri, Santa Bárbara, Santa Clara, Santana, São Raimundo, Tajaçuaba, Tajipurú, Vila Airton Senna, Vula Alexandra Tavares, Vila Cascavel, Vila Cutia, Vila Janaína, Vila Magril, Vila Real, Vila Riod, Vila Romario, Vila Pavão Filho, Vila Vitória, Loteamento Pontal da Ilha, Vila Apaco, e Vila Desembargador Sarney Costa.

Figura 1 Sede do 43º BPM com fachada da 4ª CI



Fonte: A autora (2022)

Os bairros onde o 43º BPM atua estão localizados em área urbana e também na zona rural de São Luís, demonstrando traços da expansão territorial alcançada pela urbanização bem como a necessidade da prestação de serviço de segurança onde encontra-se o cidadão.

Mapa 1: Área de atuação do 43º BPM



Fonte: P/3 43º BPM

São desenvolvidas diversas operações com o fito de coibir a criminalidade na região trazendo mais segurança para os moradores. Dentre as operações desenvolvidas destacam-se: Operação Ilha Segura, Operação Valiam, Operação Pontal e Reforço Especializadas.

Os dados estatísticos alcançados pelo batalhão são promissores e demonstram o compromisso dos policiais militares em desenvolver um bom trabalho junto à comunidade. Nesse sentido, podemos citar a redução da taxa de homicídios, redução nos números de veículos roubados, condução de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas para delegacia e grande apreensão de armas de fogo no decorrer do ano de 2021. (Relatório Analítico-Descritivo 43º Batalhão de Polícia Militar- Ano 2021, 2022)

A proximidade com a comunidade é percebida através da participação do Conselho Comunitário pela Paz em que a sociedade tem a oportunidade de levar às demandas ao conhecimento comandante do batalhão, bem como dos demais integrantes do Conselho.

No batalhão também é desenvolvido o Projeto Cidadão do Bem, com o apoio da Polícia Militar e da colaboração de voluntários da comunidade, visa atender crianças e adolescentes (de 07 a 18 anos) residentes no bairro Cidade Olímpica e regiões adjacentes.

Figura 2: Cadetes estagiários com alunos do Projeto Cidadão do Bem



Fonte: A autora (2022)

O projeto tem como objetivo contribuir para formação das crianças e adolescentes através da educação e reforço escolar. No projeto Cidadão do Bem os participantes são orientados sobre cidadania, valores morais e éticos, amor à família, conscientização sobre a importância do meio ambiente, palestras antidrogas. Os alunos formam Brigada Militar Futuros Heróis e recebem instrução de Ordem Unida, Voz de comando, além de fundamentos da Hierarquia e Disciplina, pilares das instituições militares. O projeto possui grande adesão da comunidade e se torna um elo positivo na aproximação e parceria da Polícia Militar com a comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO EM SÃO LUÍS E A FORMAÇÃO DO BAIRRO CIDADE OLÍMPICA

Não há como apreender manifestações atuais da criminalidade e da segurança pública em São Luís, sem considerá-las na dinâmica das relações que estabeleceram na formação da cidade, os usos e disputas do território urbano no estado do Maranhão.

Conforme discute Ricardo (*et al.* 2013), no Brasil as grandes cidades possuem um padrão de segregação espacial que cria territórios diferentes dentro da mesma cidade. Essa lógica as divide entre centro e periferia e divide também a população quanto ao acesso às políticas públicas e aos direitos básicos. A distribuição de crimes letais nos espaços das cidades também segue este padrão desigual, se concentrando nos locais com maior vulnerabilidade social.

Assim, este capítulo, inicialmente, apresenta características da formação da cidade de São Luís após a década de 1960 para em seguida apontar a formação do bairro Cidade Olímpica discutindo suas particularidades, demandas, aspectos socioeconômicos a fim de subsidiar a pesquisa sobre a percepção dos moradores sobre segurança pública e criminalidade.

4.1 Particularidades da formação da cidade de São Luís: apontamentos gerais a partir da década de 1960

A partir dos anos de 1960, grandes projetos econômicos (agroflorestais, agrícolas empresariais e minero-metalúrgicos) passaram a compor à modernização conservadora no Maranhão. (SANTANA, 2003)

Um leque de expressões pertinentes a essa modernização se explicitou no campo da vida urbana e no planejamento territorial da cidade. Isto fica claro no Plano Diretor de 1976-1977 que pretendia se constituir “um esforço no sentido de fornecer à cidade e à sua área os elementos básicos para iniciar um processo de planejamento coerente com as perspectivas que ora se lhe apresentam. O espaço geográfico e a população de São Luís receberam, sem dúvida, forte impacto nos próximos anos com o Projeto Carajás e a Siderúrgica de Itaqui”.

De fato, entre 1960 e 1980, foi construída uma série de obras ligadas a infraestrutura urbana e desencadeadas dinâmicas novas quanto aos modos de

apropriação, disputas e usos da terra e da construção de moradias urbanas: Dentre estes se destacam:

- ✓ construção de pontes, aterros, barragens, portos, anéis viários e terminais ferroviários;
- ✓ ampliação da ocupação das áreas alagadas, tendo em vista a construção de moradias, sob a forma de palafita;
- ✓ ações estatais dirigidas à desapropriação de áreas urbanas;
- ✓ construção de conjuntos habitacionais populares no âmbito da política habitacional apoiada no tripé SFH/BNH/COHABs;
- ✓ lutas sociais pela moradia (as ocupações) e ações de reintegração de posse (os despejos).

Como propõe Santana (2003), essas alterações na constituição do urbano engendraram contradições que começaram a repercutir nos modos através dos quais disputas do território e mecanismos político-jurídicos de ordenação territorial, associando-se à efetividade da metamorfose urbana então em curso, produziram ou ampliaram processos de segregação socioespacial urbana.

Fazendo uma digressão, o crescimento acelerado da população da Cidade de São Luís dá-se a partir das décadas de 1950 a 1960, através das migrações em fluxo cada vez mais constante do campo para a cidade. Tal fenômeno foi impulsionado, dentre outros fatores, pela desestruturação agrária no Estado, gerando no campo um quadro em que as pessoas ficaram sem condições dignas de sobrevivência, despertando-lhes o anseio de mudanças para os setores urbanos, o que foi facilitado pela abertura de rodovias, na década de 1970, e pelo planejamento do crescimento econômico direcionado para a industrialização no Estado do Maranhão, na década de 1980, com a implantação do Projeto Grande Carajás e do Consórcio ALUMAR (Indústria de Alumínio do Maranhão) (RABELO, 2012, p. 61)

Os chamados grandes projetos industriais instalados, a partir do final da década de 1960, ou a serem construídos na cidade e região metropolitana de São Luís, além de incidir na produção do espaço, no sentido de adequá-lo aos interesses econômico-mercantis, vêm funcionando como uma força centrípeta para a expansão demográfica acentuada. (SANTANA, 2003)

Assim, a cidade de São Luís constitui, na atualidade, uma grande aglomeração urbana, compondo um espaço amplo e diversificado que abriga uma população estimada em 1.115.932 habitantes (IBGE, 2020). Periferização e suburbanização, apoiadas em modos precários e segregados de moradia, sustentam e manifestam a desigualdade de oportunidades no acesso ao trabalho e aos equipamentos e serviços urbanos, especialmente a segurança pública.

O desenvolvimento metropolitano veio, portanto, acompanhado de problemas sociais e ambientais, tais como: falta ou precariedade de moradias, favelização, carência de infraestrutura urbana, crescimento do trabalho e da economia informal, poluição, trânsito caótico, ocupação de áreas de mananciais, degradação ambiental de praias e rios.

Nesse sentido, enfatiza Rolnik (2012, p.5):

Particularmente e historicamente, as cidades brasileiras jamais acolheram a população pobre, disponibilizando acesso à terra urbanizada, bem localizada e moradia adequada, de tal maneira que o modelo predominante de moradia brasileira é a informalidade, ou seja, a autoconstrução da moradia pelas próprias pessoas, seja em favelas, loteamentos irregulares ou semirregulares, mas sempre marcados por ilegalidades, extralegalidades e, sobretudo, pela ausência de infraestrutura e equipamentos. Este é o modelo predominante que se intensificou com a urbanização mais acelerada nos anos 1950 e 1960, ele é a marca do modelo urbano do desenvolvimento brasileiro: excludente.

Assim, a apreensão da construção da moradia em áreas periféricas, expressando a presença da precariedade habitacional e da segregação socioespacial em São Luís requer, ainda, que se dê especial ênfase à contribuição dada pela migração de trabalhadores, principalmente campo - cidade, ao percurso e formas assumidas pela urbanização nessa cidade.

De fato, o crescimento populacional do município de São Luís guarda significativas relações com o chamado êxodo rural, evidenciado em meados da década de 1970. Processo impulsionado pela entrada, de modo mais agressivo, da agropecuária no campo maranhense e da intervenção do Estado nos modos de apropriação e usos da terra, principalmente terras públicas.

Incidindo sobre as unidades de produção camponesa e familiar, à medida que as terras não se encontravam vazias do ponto de vista do seu uso, trabalhadores / moradores expropriados e expulsos de suas terras foram obrigados a procurar alternativas de trabalho para sobreviver. Migrar para locais de garimpo, de construção de grandes obras ou para cidades apresentou-se então como saída.

O implemento de grandes projetos de extração mineral (C.V.R.D, ALUMAR), durante a década de 1970, criou a expectativa de desenvolvimento econômico do estado, assim como do município de São Luís, tudo isso, devido a crença do mito da cidade grande, que refletiu a ideia de desenvolvimento socioeconômico da cidade em consequência da implantação dos grandes projetos. Na verdade o implemento de tais projetos, trouxe profundas mudanças no Maranhão despreparado, bem como à cidade de São Luís. É neste contexto que se verifica um processo de segregação urbana, que tem como resultado a produção de áreas (bairros) carentes, com insuficiência de

políticas públicas, assim como a delimitação geográfica atroz e desumana. (MENDES e SANTOS, 2005)

Em São Luís, as dificuldades dos migrantes no campo do trabalho logo transbordaram para o âmbito da vida urbana. Sem conseguir acessar, através do mercado ou de políticas públicas, equipamentos e serviços urbanos vitais, as ocupações de vazios urbanos e autoconstrução de moradias precárias e insalubres adquiriram novas e amplas configurações.

A cidade gradativamente passou a concentrar uma complexidade de atividades econômicas, serviços públicos e privados bem mais atrativos que a vida campesina naquele momento, e esse chamariz inicial, cercado de ilusões de que a cidade proporcionaria uma vida melhor e trabalho a todos, contribuiu para que o desenvolvimento fosse cada vez mais desigual. Com efeito, as cidades refletiam um problema de âmbito global, cercadas por um inchaço populacional que não encontrava em mesma proporção uma infraestrutura capaz de propiciar o Direito à Cidade a todos. O tão almejado “sonho cidadão” daqueles que aguardavam encontrar nas grandes cidades melhores oportunidades de vida é, por diversas vezes, frustrado mediante as condições que boa parte dos migrantes encontra nas cidades, ocasionando uma proliferação de regiões periféricas. (RABELO, 2012, p.62)

Uma consequência real dos chamados “grandes projetos econômicos”, em São Luís, foi o crescimento demográfico da cidade, com surgimento de novas ocupações habitacionais, redefinindo-a quanto sua a expansão socioespacial. Mendes e Santos (2005) abordam esta redefinição nos seguintes termos:

Para uma maior clareza do exposto, peguemos dois bairros de município em estudo, que manifestam cenários distintos de realidades socioeconômicas. Verifica-se o significado de algumas categorias para os moradores do Bairro do Renascença (enquanto elite) e do Bairro da Liberdade (enquanto periferia).

Enquanto no Bairro do Renascença, existe um arranjo espacial planejado, com a presença de uma ampla infraestrutura como: hospitais, universidades, grandes centros e corporações comerciais e prédios modernos que caracterizam seu espaço progressivo e moderno. O bairro da Liberdade está inserido nos quadros da periferia urbana em São Luís e reflete um espaço resultante de uma ocupação desordenada que se delineou durante a implantação dos grandes projetos industriais/tecnológicos (a exemplo, temos o C.L. A, C.V.R.D, etc.), além de pequenas industriais na capital maranhense. Neste período, o território ludovicense foi fortemente marcado pela migração de famílias que foram expulsas de suas terras em virtude desses projetos e, ao chegarem, começam a ocupar desordenadamente este espaço, pois a cidade não tinha nenhum preparo físico para receber dignamente esta população.

O exemplo utilizado pelos autores explicita a constituição do espaço urbano sob influência da segregação socio espacial excludente. Nas palavras de Rabêlo (2012, p. 62), “São Luís passou então a conviver com uma parte da população bem

remunerada, vivendo o auge das transformações sociais e econômicas, culminando quase sempre com a miséria e profunda marginalização de outra parte da população.”

De todo modo, há que se demarcar a ação estatal no campo da provisão de moradias em São Luís mediante a concretização da política habitacional brasileira a partir do SFH, BNH e COHABS. De fato, entre os anos 1967 a 1988 foram construídos vários conjuntos habitacionais, dentre estes: Cohab Anil (I, II e III), Maranhão Novo, Ipase, Cohama, Cohatrac I, Cohajap, Cohajoli, Cohaserma, Cohafuma, Vinhais, Bequimão, Angelim, Cidade Operária, entres outros.

Uma das principais características dos conjuntos habitacionais construídos nessa época era à distância em relação ao centro da cidade e em relação a outros bairros. De todo modo, explicitando os graves limites das políticas de habitação efetivadas em São Luís, no mesmo período de construção dos conjuntos habitacionais, uma série de lutas sociais em torno do direito à moradia ganharam a cidade.

Desse modo, a cidade de São Luís enquanto configuração da dinâmica da urbanização desestruturada passou por inúmeras transformações, desde a implantação dos grandes projetos, a edificação dos bairros populares, a super valorização de parte da capital, em detrimento de outras áreas, e a ocupação de terrenos ociosos, que são a marca mais latente pelo direito à moradia para população mais carente economicamente. O espaço urbano atual da cidade de São Luís é resultado de muitas dessas invasões, conforme apresenta Luz (2004, apud RABÊLO, 2012):

Tabela 1: Ocupações na cidade de São Luís 1960-1990

Ocupação	Ano	Famílias	Sujeitos e forças políticas
Sá Viana	1961	1.200	Igreja Católica, Estudantes, UFMA e Polícia Militar.
Redenção	1966	600	Igreja/Arcebispo, Governo do Estado e Polícia Militar.
Santa Cruz	1967	2.000	Polícia Militar, Prefeitura.
Coroado	1969	1.000	Igreja Católica, Prefeitura e Polícia.
Vila Palmeira	1969	4.000	Governo do Estado, Polícia Militar.
Vila Nova	1972	1.000	Governo do Estado.
Coroadinho	1977	3.000	Igreja Católica, Prefeitura e Polícia Militar.

Vila Padre Xavier	1980	800	Igreja Católica, Partidos de Esquerda (MDB), Governo do Estado, Polícia Militar.
Vera Cruz	1980	300	Partidos de Esquerda (MDB), Governo do Estado e Polícia Militar, lideranças comunitárias e da igreja.
São Bernardo	1981	2.000	Igreja Católica, Partidos de Esquerda (MDB; PDT, PT), ASP, Governo do Estado e Polícia Militar
João de Deus	1981	3.000	Igreja Católica, Partidos de Esquerda (MDB; PDT, PT), ASP, Governo do Estado e Polícia Militar
Bom Jesus	1982	3.000	Igreja Católica, COHAB, Cáritas, SMDDH, FASE, Partidos de Esquerda (PMDB, PC do B), Prefeitura e Polícia Militar.
Vila Itamar	1983	2.000	Igreja Católica, COHAB, Cáritas, SMDDH, FASE, Partidos de Esquerda (PMDB, PT, PC do B), Prefeitura e Polícia Militar.
Vila Mauro Fecury II	1990	4.000	Construtora, Igreja Católica, Polícia Militar e Prefeitura
Vila São Luís	1990	-	Construtora, Igreja Católica, Polícia Militar e Prefeitura

Fonte: Luz (2004, apud RABÊLO, 2012)

Assim, mediante a ocupação de vazios urbanos formaram-se núcleos de moradias que favorecem o surgimento de bairros como o Coroado, Vila Embratel, Vila Nova, São Bernardo, João de Deus, dentre outros. (MENDES, 2005, p. 50)

Por conseguinte, a década de 1980 foi palco de transformações nos processos econômicos ligados à questão da moradia. Através de empresas imobiliárias foram estabelecidos diversos loteamentos, que originaram bairros cada vez mais distantes do centro: Cidade Operária, Jardim América, Paraná, Tambaú, Maiobão, Parque Vitória, São Raimundo. Conforme comunica Rabêlo (2012, p. 66) “São verdadeiras cidades- dormitórios. Amontoam-se populações de baixa renda em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho.”

Tal dinâmica estabelece uma nova correlação importante para o entendimento da questão urbana no cenário estadual e nacional. Ao estabelecer bairros com algum desenvolvimento acaba-se por gerar em seus entornos o aparecimento de ocupações irregulares. O bairro Cidade Olímpica, por exemplo,

surge em decorrência do estabelecimento do bairro Cidade Operária que proporcionou, por sua proximidade, a instalação da ocupação.

Diante desse contexto, o bairro Cidade Olímpica surge pela ocupação de famílias sem-teto, oriundas em sua maioria do interior do estado em busca de melhores condições de vida na capital. O tópico a seguir destaca a trajetória de consolidação da Cidade Olímpica desde seu surgimento até os dias atuais traçando um panorama de luta pelo direito à moradia, negativa de direitos e criminalidade.

4.2 Formação do bairro Cidade Olímpica: segregação socioespacial, luta pelo direito à moradia e violência

O bairro Cidade Olímpica, integrante do município de São Luís, está localizado a leste da Ilha do Maranhão. Geograficamente, limita-se, ao norte, com o Conjunto Habitacional Jeniparana, ao sul, com o Sítio Riod, a leste, com o Santana e, ao oeste, com a Vila Janaína. (SOARES, 2008).

No ano de 1996 ocorria as Olimpíadas de Atlanta, nos Estados Unidos, e em São Luís uma ocupação popular de luta pela terra e moradia ganhava força. Assim, o evento esportivo serviu de inspiração para nomear o novo bairro que surgia. O terreno que se iniciava a ocupação pertencia a Empresa Gás Butano e era considerado improdutivo, fato que os ocupantes usavam para alegar que a propriedade não cumpria sua função social

O surgimento do bairro Cidade Olímpica insere-se no contexto de luta pelo acesso à moradia em um momento histórico que se estimava o déficit habitacional na cidade de São Luís em torno de 100.000 (cem mil) moradias por volta dos anos 1990 (DINIZ, 2007 apud RABÊLO, 2012). Atrelada à carência de políticas habitacionais que atendessem às demandas da população, o cenário no Maranhão, de modo geral, apontava para aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e reprodução cada vez maior da segregação socioespacial transmutada em modos precários de moradias (palafitas, lixões, favelização, periferização, “invasões”) sem acesso à saneamento, à água potável e a serviços e equipamentos urbanos.

O bairro Cidade Olímpica é considerado uma das maiores ocupações da América Latina e possui, na história recente, um relato rico sobre lutas sociais e pelo direito à moradia. Sua articulação se deu em um momento de graves conflitos fundiários, de crescimento substancial da população e do agravamento das questões sociais. (RABÊLO, 2012). Constitui-se em duas fases que serão discutidas a seguir.

A primeira fase inicia-se com a organização de uma comissão que tinha como líder o candidato a vereador pelo PFL. José Cândido da Silva, conhecido por “Gordo”. Os interessados deveriam pagar uma taxa de R\$ 2,00 (dois reais) e apresentar o título de eleitor, comprovando domicílio eleitoral em São Luís. A expectativa de José Cândido era de inscrever 30 (trinta) mil famílias na área. Este fato deu margem a especulações a respeito de práticas de ações eleitoreiras em causa própria” (SOARES, 2008, p.31), transformando a ocupação em reduto eleitoral e, aproveitando-se do déficit habitacional, a população acatava sua proposta.

Após dois meses de iniciada a ocupação, a empresa Gás Butano conseguiu judicialmente a Reintegração de Posse do terreno e “foram derrubadas cerca de 15 mil casas, tendo sido a área cercada por arame farpado e contratados “jagunços” pelos proprietários, para a vigilância do local.” (RABÊLO, 75) Assim, encerra-se a primeira tentativa de constituição da Cidade Olímpica.

Após o ocorrido, os desalojados buscaram organização e apoio da sociedade civil e de movimentos sociais com o intuito de demonstrar que não estavam fazendo vandalismo, como era noticiado à época, e sim uma questão de justiça social, estavam lutando por um direito negado, o direito à moradia que concede o desenvolvimento de muitos outros.

Nessa fase, o então candidato a vereador José Cândido não fazia mais parte da organização e os desalojados organizaram a Comissão dos Sem-Tetos com objetivo de cadastrar as famílias que não tinham moradia e organizar Assembleias Gerais para que as decisões fossem tomadas de forma coletiva.

Foram realizados diversos atos de protesto perante órgãos públicos, além de caminhadas pelo direito à moradia e contra as propriedades improdutivas, levando em conta o déficit habitacional da capital e a existência de um terreno improdutivo que pudesse acolher diversas famílias. Observamos, portanto, uma nova conotação à Cidade Olímpica, que buscava em bases legais os direitos pleiteados.

[...]

As manifestações tiveram o intuito claro de trazer a sociedade para um debate, de expor o problema. Como era admissível haver uma área na cidade, de ampla extensão, que não exercia sua função social e ao mesmo tempo onde não se permitia a criação de um assentamento urbano? (RABÊLO, 2012, 76-77)

Durante esse período de maior organização um fato abalaria e mudaria o curso das negociações: a morte do adolescente Jailson Viana, 14 anos, em 25 de dezembro acabou por agravar ainda mais o clima de tensão. O adolescente, que morava nas imediações do terreno, foi visto adentrando o local para diminuir o

percurso que faria até sua casa. A morte de Jailson não foi em confronto e nem em manifestações e revelava o caráter da “violência empregada contra qualquer transeunte que se aproximasse do terreno, sem que fossem observados minimamente os direitos humanos, sobretudo, a vida.” (RABÊLO, 2012, p.79)

Diante da tensão instaurada, no dia 29 de dezembro de 1996, uma nova articulação com cerca de 2.500 sem-tetos, com apoio do Fórum Maranhense da Moradia, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, SINDSEP, CUT e Cáritas Brasileira, reocuparam a área. (RABÊLO, 2012).

O terror era grande diante de tantos acontecimentos, os ocupantes cavavam buracos, com até três metros de profundidade que eram tampados com palha da palmeira de buriti, como armadilhas para possíveis invasões dos „jagunços.

Novos atos de violência e prisões foram registrados. No entanto, houve resistência e, desta vez, os sem-teto não se retiraram da área.

Ainda com todo esse cenário, com o conflito alcançando proporções alarmantes, o governo do Estado ainda se mantinha inerte. Quando a ocupação já contava com cerca de 10 mil lotes distribuídos entre os sem-tetos, uma nova liminar de Reintegração de Posse é concedida à empresa Gás Butano.

Ao contrário do que aconteceu na primeira desocupação, os sem-tetos resistiram e não saíram do local. Houve, segundo relatos, intenso uso da força policial, que acarretou na prisão de vários manifestantes e mais algumas dezenas de feridos. A tentativa de reintegração de posse foi marcada por muita violência e o receio do que poderia ocorrer tornava ainda mais latente a busca por uma solução ao conflito.

O Governo do Estado passou a ser pressionado para que solucionasse o conflito, que já ganhava proporções maiores, prevendo um panorama semelhante ao do massacre de Eldorado dos Carajás. Com a persistência das famílias, a presença da sociedade civil organizada e, por outro lado, com a determinação da Empresa, para manutenção de sua propriedade, a solução mais viável era tentar a realização de um acordo extrajudicial, de modo a apaziguar os ânimos.

(RABÊLO, 2012, p. 86)

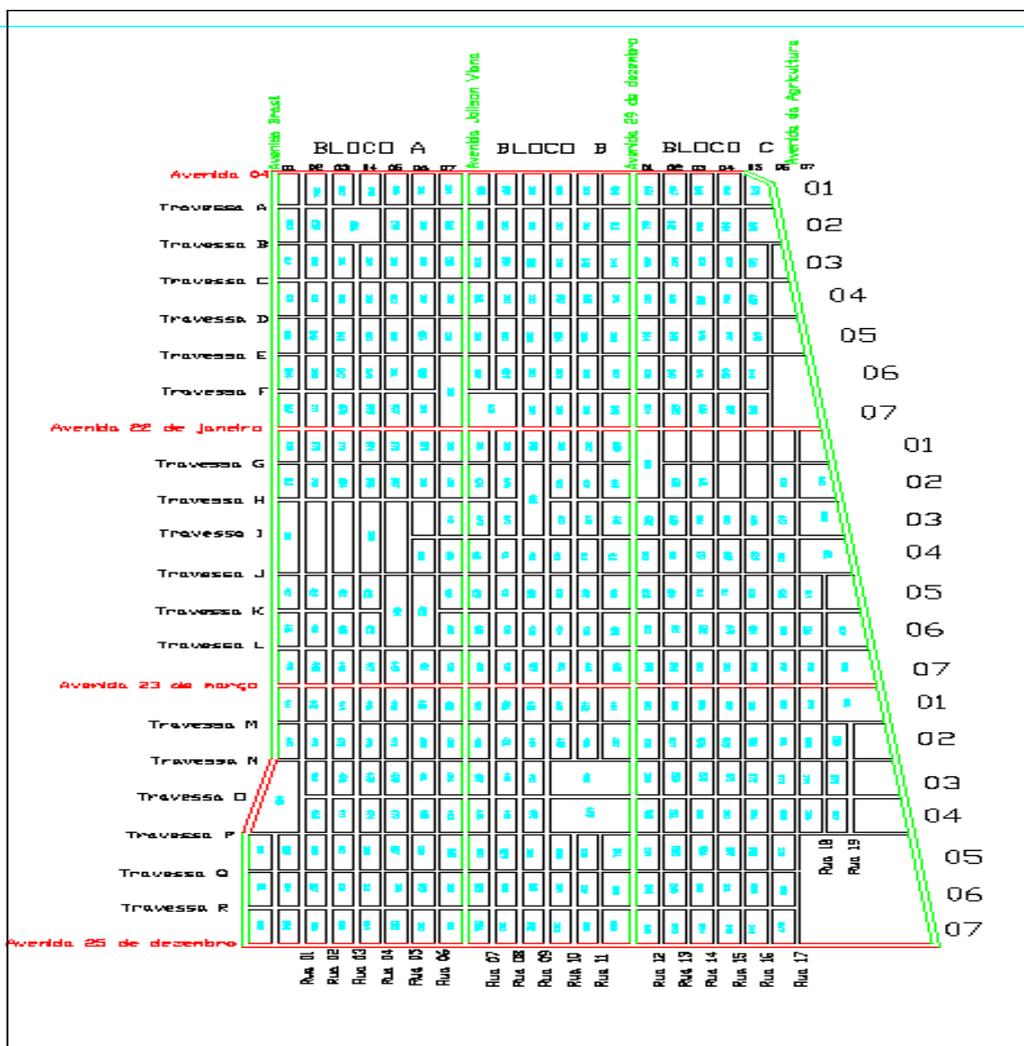
Assim, a alternativa encontrada foi a compra de parte do terreno pertencente à empresa, já que os sem-tetos estavam organizados e dispostos a lutar pela moradia naquele local.

Com efeito, após assinatura do acordo pela compra do terreno, a Comissão dos Sem-Teto em parceria com órgãos estatais, começou a realizar o cadastro das famílias que realmente necessitavam de moradia. Além disso foi desenvolvido um projeto em que a área foi dividida em 15 mil lotes.

Ainda, que tenha surgido fruto de ocupação irregular, o bairro Cidade Olímpica ganhou um desenho arquitetônico bem planejado e organizado. De acordo com Soares (2008, p.40) “a área total é repartida em três blocos (A, B, C); cada bloco é dividido em quadras (412 quadras no total); cada quadra é dividida em 22 lotes com medidas 10x20.”

O mapa a seguir demonstra o traçado de planejamento e organização que ficou estabelecido para o bairro Cidade Olímpica. E, apesar de inicialmente existir áreas destinadas para instalação de equipamentos e serviços públicos (áreas de lazer, escolas, cemitérios, posto de saúde, entre outros), essas áreas sofreram com o descaso dos governantes e os terrenos foram invadidos. Nesse sentido, a luta pelo direito à terra, à moradia representou apenas uma das várias enfrentadas pela população do bairro Cidade Olímpica na busca pela efetivação e exercício de direitos.

Mapa 2: Loteamento do Bairro Cidade Olímpica



Fonte: RABÊLO, 2012

Uma curiosidade relevante e que retrata a identidade do bairro Cidade Olímpica é o fato de que as avenidas possuem uma representação da história de luta, como por exemplo a homenagem ao Jailson Viana, aos agricultores, ao país e a data da segunda ocupação que manteve os sem-tetos na área que culminou com o estabelecimento do bairro, respectivamente: Avenida Jailson Viana, Avenida dos Agricultores, Avenida Brasil e Avenida 29 de dezembro. (RABÊLO, 2012).

Após 25 anos de sua fundação, a Cidade Olímpica já passou por grandes transformações. A ausência estatal no início de sua formação releva o caráter excludente da urbanização desestruturada que propiciou o desenvolvimento de vários tipos de violência, o alto índice de criminalidade e a sensação de insegurança e medo que cerca essa população periférica.

4.3 O bairro Cidade Olímpica na atualidade

O surgimento do bairro Cidade Olímpica pode ser compreendido a partir do padrão periférico de urbanização que se verifica no estado do Maranhão, no qual se encontram associadas disputas fundiárias (terra de negócio x terra para a construção da moradia) valorização do capital e a intervenção seletiva do Estado no que diz respeito a políticas de habitação e a alocação de equipamentos e serviços públicos urbanos. (MENDES, 2015)

Assim sendo, a implantação de serviços públicos ocorreu de maneira lenta frente à necessidade dos moradores. Nesse contexto, pode-se citar que o bairro dispõe de seis escolas públicas, sendo três da educação infantil, duas de ensino fundamental e uma de ensino médio, o que é insuficiente para atender a demanda da população que precisa deslocar-se para outros bairros para ter acesso à educação. O bairro também não dispõe de instituição de ensino superior, seja pública ou privada.

Figura 3: Unidade de Ensino Básico- Cidade Olímpica



Fonte: A autora, 2022

No que se refere à saúde o bairro conta com três Unidades de Saúde da Família que fazem o atendimento primário à população. São as seguintes: Unidade de Saúde da Família- Dr. Antonio Carlos Sousa Reis (Cidade Olímpica I), Unidade de Saúde da Família- Maria Ayrecila da Silva Novochadlo (Cidade Olímpica II) e Unidade de Saúde da Família- Jailson Alves Lima (Cidade Olímpica III). As USF's contam com médico Clínico Geral e para o atendimento com médicos especialistas os moradores precisam procurar outros locais através da Central de Marcação de Consultas e Exames (CEMARC). Para os casos de urgência e emergência geralmente buscam, pela proximidade, a Unidade Pronto Atendimento do bairro Cidade Operária ou o Hospital de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura, o Socorrão II, localizado na Santa Efigênia.

Figura 4: Unidade Saúde da Família- Cidade Olímpica I



Fonte: A autora, 2022

No que tange aos problemas de infraestrutura um dos mais urgentes diz respeito ao Canal da Baixa, que inicia na Vila Riod e termina no Residencial José Reinaldo Tavares atravessando todo bairro Cidade Olímpica. Durante o período chuvoso o canal transborda acarretando problemas aos moradores que moram no entorno pois a água e esgoto invadem as casas ocasionado perdas diversas todos os anos. No período sem chuvas a população convive com o esgoto a céu aberto. Atrela-se a isso o fato que o bairro não dispõe de rede de esgotamento sanitário e as residências possuem, em sua maioria, fossa séptica. No entanto, não é incomum

perceber o escoamento de esgoto, dejetos residenciais escoando pelas ruas e avenidas.

Figura 5: Canal da Baixa



Fonte: A autora, 2022

Outro problema enfrentado cotidianamente pelos moradores diz respeito à carência de iluminação pública em algumas ruas o que favorece o cometimento de crimes diversos como tráfico de drogas, assaltos, criando uma atmosfera de medo e insegurança na população. Nesse bojo, cita-se também a ausência de pavimentação asfáltica em diversas ruas do bairro.

O bairro não possui bancos, mas conta com uma Lotérica, correspondentes bancários do Banco do Brasil e da Caixa em alguns estabelecimentos comerciais.

Em relação ao comércio este é suprido por pequenos comerciantes locais que comercializam gêneros alimentícios, vestuários, calçados, farmácias.

Figura 6 Comércio do bairro

Fonte: A autora, 2022

Recentemente, foi inaugurada a Praça da Família, no Residencial Estrela Dalva, que garante um espaço de lazer para os moradores. A Praça da Família conta com duas quadras, uma Society e outra poliesportiva, pista de caminhada, academia ao ar livre, playground, área para piquenique e representa vitória após anos sem qualquer atrativo de lazer para a população.

Figura 7 Praça da Família agrega lazer para população

Fonte: SAED, 2021.

Em relação à segurança pública, o bairro Cidade Olímpica dispõe do 18º Distrito Policial e mais recentemente conta com o 43º Batalhão de Polícia Militar integrada a rede de Conselhos Comunitários pela Paz. O bairro é atendido por uma viatura diuturnamente e, devido sua extensão territorial necessita de mais aparato policial militar nas ruas para o combate à criminalidade.

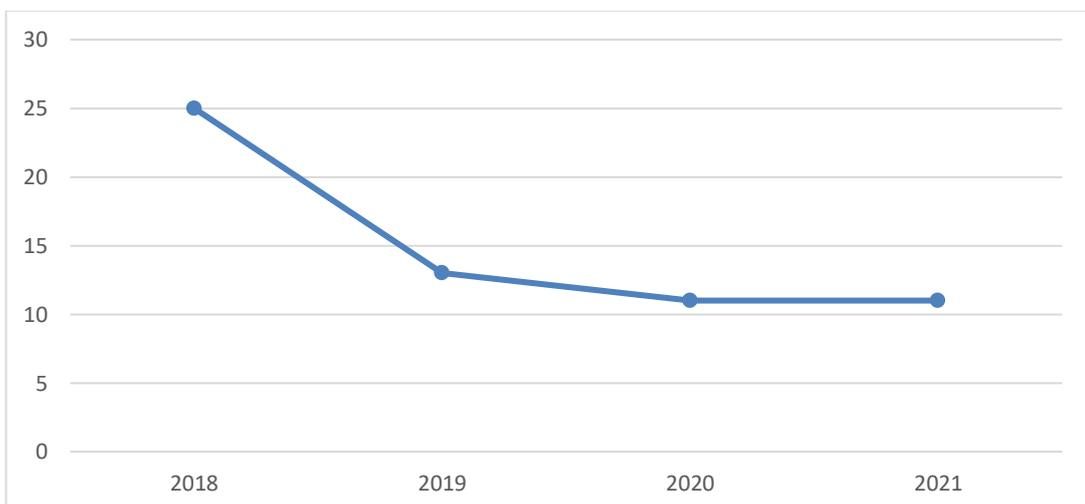
Figura 8 Viatura Policial no bairro Cidade Olímpica



Fonte: A autora, 2022

De acordo com os dados do CVLI por bairro de São Luís, disponibilizados pela Unidade de Estatística e Análise Criminal, da Secretaria de Segurança Pública, o bairro Cidade Olímpica vem apresentando uma redução contínua de ocorrências dessas modalidades criminosas garantindo meses sem ocorrência de homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte no bairro. Desse modo, apresenta-se essa tendência no gráfico abaixo:

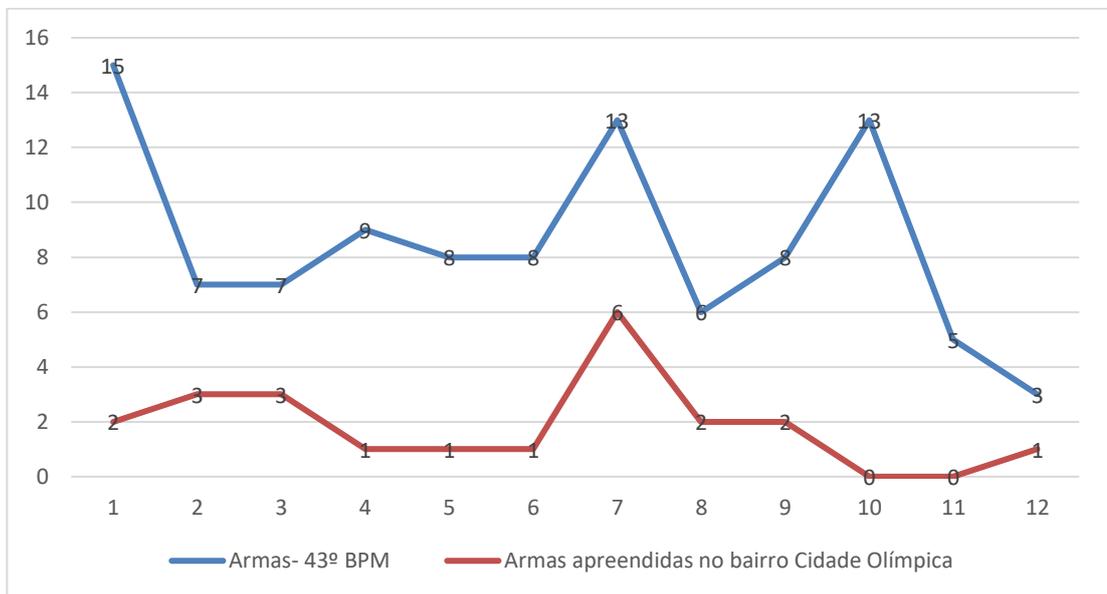
Gráfico 3 CVLI- Bairro Cidade Olímpica 2018-2021



Fonte: Unidade de Estatística e Análise Criminal (SSP)
Gráfico elaborado pela autora.

Cabe pontuar ainda sobre as apreensões de arma de fogo no bairro. De acordo com o Relatório Analítico-Descritivo do 43º BPM do ano de 2021, das 104 armas de fogo apreendidas pelo 43º BPM, 22 armas de fogo foram retiradas de circulação no bairro Cidade Olímpica.

Gráfico 4 Armas de Fogo- Geral 43º BPM e apreendidas no bairro Cidade Olímpica



Fonte: P/3 43º BPM
Gráfico elaborado pela autora.

Diante do quadro que se delineou sobre a atualidade do bairro Cidade Olímpica compreende-se que o bairro retrata a conjuntura do modelo de desenvolvimento excludente brasileiro. Desse modo, é claro que o bairro necessita da implementação de diversas políticas públicas sem as quais torna-se impossível que os moradores acessem e pratiquem seus direitos constitucionalmente estabelecidos.

5 METODOLOGIA

A violência, a criminalidade e a segurança pública são assuntos constantes no cotidiano das cidades, além de serem matérias obrigatórias em estudos de naturezas diversas. Desse modo, com o objetivo de buscar o entendimento desses temas buscou-se verificar por meio das falas dos moradores do bairro Cidade Olímpica -São Luís-MA- como se delineiam tais questões nas vivências cotidianas dessas pessoas. Para apreender essas categorias em análise fez-se necessário o uso de metodologia e técnicas de pesquisas que guiaram o desenvolvimento desse trabalho. Nesse capítulo são apresentados os caminhos que subsidiaram a pesquisa em tela.

A pesquisa foi desenvolvida sob o viés interpretativo e quanto aos objetivos pode ser classificada como exploratória descritiva, de abordagem qualitativa, pois buscou-se os aspectos da subjetividade que surgem nas narrativas dos moradores. A pesquisa qualitativa possui características muito particulares, pois, no universo das ciências sociais, atenta para o significado das ações e relações humanas, isto é, “ela trabalha, com diversos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 1996)

Para a realização desse estudo monográfico, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) Levantamento bibliográfico e documental da temática em questão- que tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito, permitindo aperfeiçoar os conhecimentos e explorar novas ideias. Conforme Figueiredo (2019), a revisão bibliográfica deve permitir uma compreensão adequada do estado da arte e o que tem sido feito na área de pesquisa, procurando literaturas recentes e relevantes, a fim de embasar a temática em questão. b) Pesquisa qualitativa, pautada em entrevistas focalizadas, configurando um estudo de caso.

A revisão bibliográfica e documental foi realizada com base na seleção de artigos científicos, livros de referência e sites na internet de organizações e instituições relacionadas ao tema.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no bairro Cidade Olímpica tendo como universo os moradores entrevistados, sendo a amostra não-probabilística. A

escolha desse bairro como campo de pesquisa se deu por englobar um contingente populacional reconhecidamente marcado por altos índices de criminalidade.

O levantamento de dados foi através da técnica entrevista. A entrevista, conforme Gil (1999, p. 273) é uma técnica de coleta de dados que o entrevistador utiliza para obter “[...] informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões das coisas precedentes”.

Desse modo, buscou-se compreender as percepções de moradores sobre a criminalidade e a segurança pública no bairro em questão. A partir das entrevistas e da análise de conteúdo foi possível apresentar os resultados da pesquisa. É importante acrescentar que as entrevistas utilizadas na produção do trabalho monográfico foram transcritas com as mesmas palavras empregadas pelo entrevistado, evitando-se parafrasear as respostas, afim de obter a maior exatidão da percepção, sentimento e visão que os moradores possuem do bairro em que residem.

6 CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NO BAIRRO CIDADE OLÍMPICA-SÃO LUÍS-MA: percepções dos moradores

Conforme fora discutido ao longo do referencial teórico que subsidia a pesquisa, a criminalidade e a segurança pública são temas presentes no cotidiano da população. Nesse sentido, busca-se compreender a forma que esses fenômenos repercutem e são percebidos pelos moradores do bairro Cidade Olímpica.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com quinze moradores (cinco do bloco A, cinco do bloco B e cinco do bloco C) de modo a perceber e reunir pensamentos advindos dos blocos que compõem a Cidade Olímpica, que ainda que seja um bairro, apresenta em sua dinâmica divisões tais quais observadas nas cidades. O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes. A primeira, buscou apreender a criminalidade sob a perspectiva dos moradores. A segunda, teve como objetivo, apreender a visão dos moradores sobre a segurança pública no bairro. falas dos moradores pode-se perceber as dimensões de medo e insegurança que se instalou na sociedade hodierna.

Face a essas questões cabe ponderar sobre o entendimento da percepção. De maneira objetiva, entende-se a percepção como a faculdade de apreender por meio dos sentidos ou da mente, liga-se a consciência, à perspicácia. Na psicologia, a percepção é compreendida a partir das vivências que o individuo carrega do ambiente que está inserido, tornando-se consciente de objetos, relações sociais e transformando o estímulo recebido em informações.

6.1 A criminalidade sob a perspectiva dos moradores

Com a finalidade de compreender qual a visão os moradores possuem do bairro que moram foram feitas oito perguntas sobre violência e criminalidade. Inicialmente, para ambientar o morador à pesquisa foi-lhes perguntado se gostavam do bairro onde residem e todos responderam que sim, que apesar de todos os problemas que encontram cotidianamente o bairro Cidade Olímpica é um lugar bom de morar. Sobre isso destacam-se as seguintes falas:

“Aqui na Olímpica é um lugar bom. Não é como falam por aí. Tem lugar muito pior, sabe? A Olímpica foi minha primeira casa de verdade, depois que saí do interior pra trabalhar na casa dos outros aqui em São Luís eu passava muita humilhação. Então eu defendo a Olímpica sempre.” (MORADOR 02)

“Eu gosto sim. Só que de uns anos pra cá a gente precisa ter mais cuidado porque a bandidagem não respeita ninguém.”
(MORADOR 06)

Os moradores mesmo que não perguntados carregam em suas falas sobre a violência que faz parte do cotidiano no bairro: *“Não é como falam por aí”, ...a bandidagem não respeita ninguém.*” Nesse sentido, entramos na pergunta que inicia a sondagem sobre violência e criminalidade na perspectiva dos moradores. Quando perguntados se o bairro é um local violento, os moradores dividiram suas respostas entre os que consideram o bairro violento, os que consideram que algumas partes do bairro são violentas e, em menor proporção, os que não consideram o bairro violento.

Moradores que consideram o bairro violento:

Muito violento. Antigamente não era assim, mas depois que começou essas facções virem pra cá tudo mudou muito. Não dá mais pra ficar na porta na tardinha conversando. Já teve história de facção mandando morador se mudar de casa e isso causa um pânico. As vezes parece até que as coisas estão acalmando, mas aí matam um por aí. Quando é bandido é bom, né? Se eles quiserem se matar tudinho é bom pra gente. (MORADOR 10)

Nossa! Muito violento, a questão da Olímpica que tá muito grande é os assaltos. Todo santo dia tem notícias nos grupos do zap de assalto. Eles usam muito motos para roubar, pegam celular, bolsas. É muito triste a pessoa tá indo trabalhar e aí é assaltado. Dá nem vontade de fazer mais nada o dia todo. É uma impotência muito grande. Já roubaram um celular que eu ainda estava pagando e aí agora eu ando com dois. Um mais velhinho pra entregar se vierem me roubar e o que eu uso eu escondo na roupa. (MORADOR 09)

Muito violento. Aqui quando é meio-dia quase não tem comércio aberto. Todo mundo fica com medo. Eu fecho meu comércio e só abro umas 15h/16h que já não tem muito assalto, mas mesmo assim a gente tem receio porque não sabe o que se passa na cabeça desses jovens pra está nessa vida tirando o pouco que o pobre tem. Mas tirando isso, eu gosto de morar aqui. Acho que esses fazem roubos na Olímpica não moram aqui. (MORADOR 03)

Os que consideram parcialmente violento relatam:

Não acho muito violento não. Já teve momentos que foi pior e tem lugar que é pior de morar também. Pelo menos minha casa é no seco (fazendo referência a não ser em local de deslizamento). Acho que só considera violento quem não toma cuidado. Não pode ficar moscando também (fazendo referência a ficar esperando acontecer algo acontecer, como por exemplo: assaltos). (MORADOR 02)

Aqui na Olímpica tem locais e locais. Onde sei que é perigoso eu não vou. (MORADOR 05)

Os que não consideram violento relatam:

O problema é que acham que tudo é na Cidade Olímpica, quando na verdade acontece na Zé Reinaldo, na Tiradentes, essas ‘invasãozinhas’ perto daqui e aí colocam na conta da Olímpica porque aqui já tem aquele estigma de bairro violento. Mas aqui em si não é violento. (MORADOR 12)

Eu não acho o bairro violento não. O bairro carrega um estigma muito forte se ser perigoso. É igual quando falam de outros bairros de São Luís, tipo Coroadinho, as vezes nem aconteceu o fato nesse local e só por causa do entorno já dizem que foi lá. Eu sei porque já morei um tempo lá também e agora morando aqui vejo que não é um bairro perigoso igual falam. (MORADOR 13)

Conforme destaca Bauman (2009, p. 9), a insegurança moderna se manifesta “pelo medo dos crimes e dos criminosos [...], a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade.” Compreende-se pela fala dos moradores, mesmo os que não percebem o bairro como perigoso, que a insegurança está marcada nas vivências cotidianas dessa população e expressa-se através do medo de assaltos, evitando locais perigosos, fechando os comércios a fim de evitar ação dos criminosos, usando objetos de pouco valor para o caso de assalto, entre outras “estratégias” de enfrentamento e sobrevivência nos basilares da periferia carente do desenvolvimento de políticas públicas.

Por conseguinte, quando perguntados se sentem seguros no bairro a maioria respondeu que não se sente seguro ou que não se sente seguro em alguns locais específicos do bairro e por isso evitam Essa relação de medo e sensação de segurança que se desenvolve no espaço urbano possui alguns fatores em sua gênese: “a) percepção do aumento da criminalidade violenta; b) experiência pessoal vivida pelo cidadão ou por pessoas próximas; c) informações da mídia; d) mudanças sociais advindas da modernidade” (Castro, *et al*, 2011, p.95). Desse modo, percebe-se que razão que explica a insegurança experimentada pelas pessoas é múltipla em suas manifestações.

Não me sinto muito segura não. De uns anos pra cá a violência aqui aumentou muito. Tem uns períodos mais calmos que outros, mas a gente sempre fica naquele medo de que pode acontecer alguma coisa. (MORADOR 09)

Eu me sinto seguro aqui na rua e nas redondezas porque todo mundo se conhece. Agora em outras áreas do bairro a gente vai com mais cuidado porque eles pensam logo que a gente é de outra facção (MORADOR 12)

Nas palavras de Bauman (2008, p. 33), “a insegurança alimenta o medo”, corrobora com esse ponto Castro (2011 *et al*) ao tratar que o medo do crime pode se desenvolver tanto em nível individual quanto em nível social. No nível individual, pode levar a adoção de medidas que visam segurança dentro e fora de casa (por exemplo: instalação de sistemas de vigilância nas residências, acompanhamento de animais de

estimação e até aquisição de armas) No plano social, as pessoas geralmente evitam lugares que tenham sido associados com o cometimento de crimes.

Nessa esteira, cabe a pergunta se já foram realizadas modificações nas residências ou outras medidas para que se sentissem mais seguros em suas casas. Dentre as respostas destacam-se a construção de muros mais altos, colocação de cacos de vidros (com a finalidade de intimidar quem se dispõe a pular muros pois pode ocorrer uma possível lesão acarretada pelos vidros), colocação de grades e até mesmo aquisição de animais de estimação (cachorros) para gerar alerta e afastar possíveis criminosos.

Sim, a gente colocou grades nas janelas e nas portas pra colocar cadeados. É uma maneira de ficar mais seguro dentro de casa. A gente pensa em aumentar mais o muro do quintal também porque já teve caso de gente passando pelos quintais de dia e de noite. É um risco. (MORADOR 01)

Já sim, inclusive a gente aumentou o muro e colocou cacos de vidro para ver se eles pensam duas vezes antes de pular. E a gente também tem dois cachorros que ficam soltos pra vigiar a casa quando não tem ninguém. (MORADOR 06)

Antes o portão da frente era só gradeado e dava para fechar com cadeados. Então meu pai colocou o portão de alumínio. Só que minha mãe ficava com medo porque o portão de alumínio era fechado só na chave e ela tinha medo de arrombarem quando ela estivesse sozinha em casa. Então meu pai teve que mandar fazer esse outro portão gradeado pra colocar os cadeados. Não ficou bonito, mas minha mãe acha mais seguro assim. A gente protege nossa casa porque faz parte. Aqui com grades, cadeados, mas em bairros chiques também tem grades, tem câmeras. Cada um na sua na sua realidade. (MORADOR 15)

Figura 9 Grades nas portas e janelas de residências



Fonte: A autora, 2022

Nesse interim, discute Aragão (2019, p. 28 apud COMPANS, SOUZA, 2009) “que os comportamentos humanos em geral, sejam individuais ou coletivos, se condicionam direta ou indiretamente pelas configurações físicas do espaço” Nesse contexto, foi perguntado se existe alguma local que percebem como mais violento no bairro. Geralmente os moradores atribuíam como locais perigosos outros que não fossem tão perto de suas residências e sobre isso discute Cecílio (2019) que o homem desenvolve relações de vínculo e afetividade com o local que reside.

Tem alguns lugares que a gente tem conhecimento que é mais perigoso. Ali na região da Baixa (Canal da Baixa) que tem tráfico, tem briga de facção. Não ando para esse lado não. (MORADOR 05)

Se tem um lugar que eu não vou de jeito nenhum é a “feirinha”. Ali é pedir pra ser assalto ou até pra morrer se eles acharem que você é da outra facção. (MORADOR 10)

Tem perigo em todo lugar. Até um Renascença da vida é perigoso se a gente não tomar cuidado. Aqui é até tranquilo, mas só ando mesmo por onde conheço e tem gente conhecida. (MORADOR 15)

Por conseguinte, perguntou-se sobre quais crimes mais ocorrem no bairro e responderam que ocorre mais frequentemente assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Assalto acontece demais. Vem esses ladrões do entorno para roubar aqui e todos os dias a sabe de alguma notícia. Eu já fui assaltada uma vez de faca e fiquei com medo real de morrer. Depois disso eu não ando mais atoa pelo bairro e quando preciso ir pra longe peço uma corrida (fazendo referência a carros particulares de transporte de passageiros) (MORADOR 04)

Aqui acontece muito assalto, principalmente pela manhã cedinho quando a gente tá indo pro trabalho, menino tá indo escola. Meio-dia e mais tarde da noite. Eu já perdi dois celulares assim e das duas vezes os rapazes pareciam adolescentes quase crianças mesmo. (MORADOR 06)

Acho que o principal problema da Olímpica é essa questão do tráfico de drogas. Muito jovem indo pra esse caminho, uma coisa triste demais. Depois da pandemia parece que piorou muito porque eles ficaram muito tempo sem aula e aí o tráfico aproveita pra puxar. Esses “de menor” envolvidos com droga começam a roubar de dentro de casa pra manter o vício, quando se espanta estão roubando na rua. O problema é que quando a dívida tá muito alta e não conseguem pagar. O traficante cobra é com a vida. Aí é só a notícia que o filho de fulano morreu. (MORADOR 08)

Aqui tem de tudo, mas o que mancha a imagem do bairro são essas mortes. Já foi pior, agora tá acalmando e quando morre é coisa de briga deles (de faccionados). Então se por um lado é ruim quando morre gente e mancha o bairro, por outro é bom porque é menos um marginal no mundo. (MORADOR 12)

Para compreender a situação que se delineia sobre a insegurança e o medo vivenciado por moradores foi-lhes perguntado se já tiveram alguma experiência pessoal em que foram vítimas de criminosos e sete dos vinte entrevistados responderam que já foram assaltos, cinco responderam que já presenciaram situações de tentativa ou de pessoas sendo assaltadas. Nesse arcabouço, compreendendo o crime como fenômeno social, e que, desse modo, necessita de políticas sociais de enfrentamento, percebe-se a manifestação da insegurança e o do medo no cotidiano dos moradores.

6.2 A segurança sob a perspectiva dos moradores

Analisar como os moradores de um bairro tão marcado dentro do contexto da violência urbana percebem a segurança pública parece de fato um desafio. São tecidas narrativas contundentes sobre a criminalidade na perspectiva desses cidadãos e ao tratar do tema segurança pública poucos parecem conhecer o trabalho desenvolvido no bairro. Nesse sentido, foi-lhes perguntando se conhecem algum programa de prevenção à violência, no que responderam:

O que eu sei de fato que acontece é o Programa Cidadão de Bem que funciona lá no batalhão e vejo os meninos participando, fora isso não sei não. (MORADOR 01)

Sabia do PROERD, que é Ronda Escola? Não sei se continua funcionando depois da pandemia. (MORADOR 09)

Tem as reuniões do Conselho Comunitário na Associação de Moradores que vai a Polícia, os líderes comunitários pra saber como vão agir no bairro. Eu só fui uma vez. (MORADOR 13)

Nesse contexto, percebe-se a inaptidão dos moradores sobre o tema de prevenção à violência. Para o aprofundamento desse quesito foi entrevistada a presidente da Associação de Moradores da Cidade Olímpica, que também participa do Conselho de Comunitário pela Paz, a fim de compreender de que maneira os moradores participam dessa questão. A presidente informou que nas reuniões do CCP poucos moradores participam: *“A comunidade em si não gosta de participar”*, e que as ocasiões em que se tem mais participação popular são quando são realizadas Ações Sociais. De modo geral, participam das reuniões lideranças atuantes do Clube de Mães, representantes de outros bairros, diretoria de posto de saúde, profissionais do CRAS, Polícia Militar e Polícia Civil, além de integrantes da Secretaria de

Segurança Pública. Nas reuniões são discutidas demandas inerentes ao bairro como saúde, educação, transporte, iluminação pública, segurança, infraestrutura, entre outros. Em relação ao quantitativo de pessoas presentes a presidente informou que gira em torno de trinta a quarentena pessoas, o que é considerado muito pouco visto a dimensão territorial e demográfica do bairro.

Tendo em vista essa informação compreende-se a necessidade de envolver os moradores nas questões pertencentes ao bairro, pois o desenvolvimento das políticas de segurança pública dá-se também através da participação da sociedade.

Por conseguinte, foi-lhes perguntado como avaliam a segurança pública no bairro e a maioria associou o tema a intervenção da polícia militar. Assim obtemos as seguintes respostas:

É até boa, tem as viaturas rodando direto na porta (de casa). (MORADOR 02)

Tem o camburão sempre passando, então acho que é satisfatória. (MORADOR 07)

Eu vejo que a segurança pública é precisa de mais ação. Tem a Polícia Militar pra fazer a parte dela, mas falta mais incentivo de outras áreas também. A gente pede faz muito tempo pelo Canal da Baixa, pra arrumarem lá porque além do esgoto, lá tem muito tráfico de drogas. Se arrumarem acredito que vai diminuir ou até mesmo desaparecer esse problema do tráfico. Outro fato é que as escolas são poucas e as facções estão entrando cada vez mais cedo. Precisa da Ronda Escolar, precisa empregar esses pais, precisa dar um direcionamento pras crianças, pros jovens. Olha, é realmente muito difícil. Quando aparece o problema acham que a polícia sozinha consegue resolver, mas não é um problema só da polícia, tem um problema muito grande por traz disso tudo e parece que não tem pra quem a gente pedir ajuda. (MORADOR 08)

Eu acredito que poderiam investir mais no policiamento. Melhorou muito depois que o batalhão veio pra cá, o batalhão aqui do bairro mesmo, porque agora a gente pode ir lá, pode denunciar pelo Whatsapp, mas ainda assim precisa de mais policiamento. (MORADOR 11)

Desse modo, constata-se que existe uma visão distorcida da maioria dos moradores sobre a segurança pública, reduzindo-a unicamente a uma instituição. O que demonstra, mais uma vez, a necessidade de englobar a população do debate a cerca da segurança pública, como bem explicitado na fala do Morador “*não é um problema só da polícia*”. Assim, compreende-se que a sensação de segurança não é conferida apenas pelo aparato policial, pela presença do policial fardado, mas também do Estado em oferecer um ambiente seguro e eficaz para a população.

Aprofunda-se a discussão questionando os moradores se os órgãos de segurança são eficazes no combate da violência e em garantir a segurança dos cidadãos. As respostas demonstram a visão que cada morador tem a partir da experiência particular vivenciada e alguns percebem a polícia militar como instituição atuante dentro do contexto da segurança pública.

Assim, é muito complicado responder essa pergunta, porque pode ser que pra mim é eficaz, mas pro meu vizinho não é. Na minha visão tem sido eficaz. Eu nunca fui assaltada aqui, eu vejo o camburão passando. (MORADOR 07)

Não acho eficaz não. Como eu disse antes, já fui assalta, já senti medo de morrer. Isso pra mim não é nada eficaz. (MORADOR 04)

Dos órgãos de segurança no geral eu não vejo não, mas até que a polícia a gente pode contar. Quando roubaram a moto do meu namorado a viatura veio, deu maior apoio pra ir atrás dos bandidos, deu orientação pra ir na Delegacia de Roubos pra registrar por lá. Foi ruim que ele foi roubado, mas de certa forma ter a ajuda da polícia acalmou mais a gente. (MORADOR 14)

A seguir, os moradores foram perguntados sobre qual a principal causa da violência no bairro e pelas narrativas consideram que o tráfico de drogas, problemas familiares, facções e até mesmo criminosos de bairros próximos foram como causa. Também foram reiterados como causa da violência a falta de escolas, de oportunidades para os jovens, de mais áreas de lazer.

Sem dúvida que é tráfico (de drogas). De uns anos pra cá que o tráfico veio mudando com tudo. Se tiver uma fiscalização, um incentivo acho que pode melhorar a vida da população, enquanto não tiver uma mudança grande vai continuar tendo as histórias de que fulano acabou com a vida, com a família por causa de droga. (MORADOR 06)

Essa pergunta é muito complexa [...] porque a gente sabe que a violência tem múltiplas causas. Aqui na Olímpica a gente percebe que os desarranjos familiares, as drogas, as facções são uma problemática muito grande e que acaba gerando outros problemas que impactam na vida de todo mundo. (MORADOR 08)

Eu vejo que é a falta de oportunidade pro jovem. Porque, tipo, o jovem quer andar arrumado, mas não tem emprego, não tem dinheiro. Aí vê o traficante (traficante) ostentando dinheiro, roupa de marca, celular e vai também atrás disso. Mas isso é desde criança que eles vão entrando na mente do cara, parece que não tem saída, mas tem. Se não fosse minha mãe era pra eu tá lá nesse mundo, mas ela me corrigiu (sinal de bater) e é melhor ela do que é tribunal. (MORADOR 10)

O principal problema da Olímpica são essas invasões aqui de perto. O bairro é tranquilo, pode acreditar. O pessoal que rouba aqui é desses outros bairros. (MORADOR 12)

Nessa perspectiva, Aragão (2019, p. 24) tecendo comentários sobre a Escola de Chicago⁸, discute que os aspectos da vida humana ligados à cidade se relacionam com o comportamento que esses indivíduos aprendem no ambiente social em que estão inseridos. “Contagiavam-se por meio do contato com comportamentos criminosos, que passavam a assimilar com naturalidade”. (ARAGÃO 2019, p. 24 apud ALBERGARIA, 1999). Conforme a fala do Morador “*mas isso é desde criança*”, percebe-se uma naturalização do tráfico de drogas nas vivências dessa população. Não obstante aceito e que necessita ser combatido.

O combate à criminalidade, como já fora abordado, é resultado de esforços do poder público e da sociedade. Assim, com o fito de apreender qual estratégia os moradores consideram necessárias para resolução do problema da violência no bairro foi-lhes perguntado o que poderia ser feito para diminuir os índices de criminalidade. Nota-se que a preocupação gira em torno da população mais jovens, crianças e adolescentes, que segundo os moradores ficam mais tempo ociosos e são mais propícios às investidas de criminosos.

O bairro precisa de mais escolas. Diria até que escolas de tempo integral pra deixar os adolescentes lá aprendendo uma profissão, algo que dê futuro. (MORADOR 02)

O bairro precisa de algum programa do governo que ajudasse os jovens a conseguir o primeiro emprego, como um jovem aprendiz. Só que pra população da Olímpica. Porque se o jovem tá empregado, ele não tá roubando, não tá usando droga, que é maior problema que a gente tem aqui. (MORADOR 03)

Precisa de investimentos nas políticas sociais de emprego e renda. O que vejo é que tem muitos jovens desempregados, que terminaram os estudos (ensino médio) e não tem muita perspectiva de conseguir um emprego, porque não aprenderam uma profissão, por não terem experiência. Deveria ter cursos profissionalizantes aqui na Olímpica porque é um bairro grande. (MORADOR 08)

Investimento em educação. Mais escolas, escolas profissionalizantes como o IFMA, poderia até ter escola militar mesmo. Se não começar da base, da educação não vai mudar não. (MORADOR 14)

Poderiam investir em áreas de lazer. O que a prefeitura fez ali na Praça da Família foi muito bom, mas poderiam construir mais pracinhas, academias pros idosos por toda Cidade Olímpica. Isso deixa o bairro mais bonito e ainda é um lugar para as pessoas conviverem. (MORADOR 15)

⁸ A Escola de Chicago surgiu nos Estados Unidos na década de 1910. Produziu diversas pesquisas no meio urbano de Chicago com a finalidade de investigar os fenômenos sociais que ali ocorriam. (ARAGÃO, 2019. P. 24)

Percebe-se o anseio dos moradores pelo desenvolvimento de políticas públicas que tenham intervenção positiva no que compreendem como causa dos problemas vivenciados, por exemplo: falta de escolas, de emprego, cursos profissionalizantes, lazer e infraestrutura. Nesse contexto, observa-se que além da segurança pública outras políticas públicas se apresentam como necessárias para efetivação da própria segurança.

Por fim, os entrevistados foram perguntados sobre a atuação da polícia militar no bairro Cidade Olímpica.

Eu vejo a PM muito atuante aqui no bairro. Talvez porque aqui é avenida, mas eles passam sempre e isso já garante uma tranquilidade pra gente. (MORADOR 02)

De uns tempos pra cá a atuação tem melhorado bastante. O fato de ter um batalhão aqui no bairro ajuda com certeza porque a viatura chega mais rápido. (MORADOR 07)

A polícia tem sido bem vista aqui. Como estão sempre passando acaba trazendo uma segurança e com isso os bandidos recuam. (MORADOR 09)

Considero sendo positiva e negativa. Positiva porque a gente sempre vê a viatura fazendo ronda. Negativa porque já teve abordagem que me senti como se eu fosse o bandido. (MORADOR 10)

De forma geral a polícia militar foi bem avaliada na perspectiva dos moradores entrevistados em virtude do constante policiamento ostensivo que contribui para a queda nos índices de criminalidade do bairro.

As narrativas dos moradores demonstram a necessidade implantação de políticas públicas variadas a fim de se alcançar uma segurança pública eficiente e eficaz. Sabe-se que a ocorrência de crimes está ligada ao chamado triângulo do crime: infrator, alvo vulnerável e ambiente que favoreça as condições para o cometimento do crime. Nesse sentido, verifica-se a importância de operacionalizar estratégias capazes de atender a cada uma dessas condições, em que pese para a segurança pública, a prevenção do crime através da organização do espaço urbano e da disposição de serviços e equipamentos que atendam a necessidades da população.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS-

Este trabalho teve como escopo a discussão sobre a criminalidade e a segurança pública em um bairro marcado por altos índices de violência como é o caso da Cidade Olímpica. O surgimento do bairro até a atualidade é uma amostra do que aconteceu no desenvolvimento de muitas cidades brasileiras a partir da metade do século passado (crescimento demográfico acelerado, êxodo rural, urbanização, precariedade habitacional e periferização). Muitas cidades e, por conseguinte, bairros, são frutos de luta pelo direito à moradia e continuam sendo resistência na busca pela efetivação de outros direitos.

No decorrer da pesquisa bibliográfica buscou-se a ligação entre a falta de segurança e o crescente medo que se instalou nas cidades a partir do desenvolvimento capitalista e da urbanização. Discutiu-se o desenvolvimento das cidades urbanas e da criação de espaços segregados que contribuíram para divisão da cidade formal e informal e, conseqüentemente, criação de bairros periféricos, marginalizados e estigmatizados desde sua origem. Nesse interim, esses bairros desprovidos de políticas de públicas, de serviços e equipamentos urbanos se apresentavam como única alternativa para população que buscava tão somente a efetivação do direito à moradia. A ausência estatal calhou para o desenvolvimento de altos índices de crimes nesses bairros.

Assim, a violência e a criminalidade alteram o contexto e as dinâmicas sociais estabelecidas. Desses fenômenos surgem a sensação de insegurança e o medo. Conforme fora debatido, as pessoas tendem a modificar suas condutas, rotinas com a finalidade de auferir mais segurança. Nessa esteira, também buscam alterações estruturais em suas residências como uso de portões, muros cada vez mais altos, gradeados, cadeados transformando as residências em uma espécie de fortaleza/prisão e, mais uma vez, visando a segurança.

Nota-se nas narrativas dos moradores entrevistados uma constante preocupação pela questão da criminalidade no bairro, no entanto, quando o foco se torna a segurança pública a maioria a percebe apenas através da atuação da Polícia Militar no bairro. Em contraponto, alguns moradores apresentaram preocupações relativas a outros fatores que causam situações de violência e criminalidade no bairro, como a falta de escolas, de investimentos em infraestrutura, saneamento básico, entre outras demandas. Desse modo, compreende-se que esse bairro carece de

investimentos não apenas no eixo segurança pública, mas também no desenvolvimento de políticas públicas de educação, saúde, lazer, geração de emprego e renda.

Nessa esteira, a ausência de serviços e de equipamentos públicos no decorrer do desenvolvimento e crescimento do bairro pode ser compreendida como uma forma de violência enfrentada cotidianamente pelos moradores, pois estes não conseguem acessar direitos fundamentais e sociais básicos por conta de anos de abandono estatal. Essa situação acomete não apenas o bairro Cidade Olímpica, mas também é vivenciada nas periferias de várias cidades brasileiras.

É fato que o avanço da segurança pública no bairro é um ponto positivo que cabe valioso destaque, pois mesmo que não soubesse direcionar suas falas sobre programas de prevenção à violência no bairro, os moradores conseguem perceber uma melhoria qualitativa na segurança. Certamente, a implantação do 43º Batalhão de Polícia Militar e do Programa Pacto Pelo Paz lograram esses resultados que podem ser percebidos pelos moradores.

É necessário ainda progredir muito para que o estigma que assola o bairro Cidade Olímpica seja modificado. Essa transformação só será possível com o comprometimento de todos os sujeitos envolvidos no processo de construção da segurança pública. Portanto, pode-se concluir que este estudo observa o tema da segurança pública como uma questão de direitos e deveres, pois faz-se necessário a participação popular e estatal face às múltiplas questões que a política de segurança pública se apresenta.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. *In*: LIMA, Renato Sérgio. LIANA DE, Paula. (org.) **Segurança e Violência pública: o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Contexto, 2014. p. 151-171.
- ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 2011.
- ARAGÃO, Márcio César de Castro. **A intervenção urbana como ferramenta de combate à criminalidade**: estudo de caso da Praça do Portinho em São Luís do Maranhão. São Luis, MA: Viegas Editora, 2019.
- BANDEIRA, Thais; PORTUGAL, Daniela. **Criminologia**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito, Superintendência de educação à distância, 2017.
- INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS **Boletim Criminal do Maranhão- Crimes Violentos**. São Luís, 2021.
- BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURGOS, Marcelo Baumann et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & Diversidade**, v. 11, p. 49, 2011.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de. SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **Políticas de Segurança no Brasil**: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan/jun. 2011. P.59-67.
- CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, 318p.
- COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança Pública*. *In*: LIMA Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo G. (org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CROWE, Timothy D.; ZAHM, Diane L. *Crime Prevention Through Environmental Design*. *In*: *Land Development Magazine*. Washington, DC: NAHB, 2014.

FARIAS, Tadeu Mattos et al. A Copa do Mundo 2014 em Natal (RN-Brasil): Um estudo sobre a percepção dos moradores. **Research, Society and Development**, v. 5, n. 1, p. 49-76, 2017.

FONTOURA, Natália de Oliveira; RIVERO, Patricia Silveira; RODRIGUES, Rute Imanishi. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. *In: Políticas sociais acompanhamento e análise*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009

GALLUP. 2018. Global Law and order. Disponível em:< https://insightcrime.org/wp-content/uploads/2018/06/Gallup_Global_Law_And_Order_Report_2018.pdf>. Acesso em 03 jan 2022.

GAVÍRIA, Margarita Rosa. Medo ao poder e poder ao medo na construção de um território de violência. *In: Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina. Editora UFRGS, 2011, p. 56-73)

GIL, A. C. Entrevista. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. p. 117- 126.

GONÇALVES, Marcelo Santos. **A segurança privada como aliada do sistema nacional de segurança pública no combate à criminalidade no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Segurança Privada). Universidade do Sul de Santa Catarina. Recife-PE. 2015

GRILLO, Carolina Christoph. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 62-92, 2019.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci**. Brasília: INESC, 2010.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. *In: BOSCHI, Renato Raul (org.), Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 29-74.

LIMA, Francisco José de. **Violência: causas e consequências no indivíduo, na sociedade, na cultura e na religião**. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora LTDA, 2006.

MARTINS, Helena. Mapa mostra aumento e disseminação da violência no Brasil. EBC Agência Brasil, Brasília, jul. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/p-2brasil-viveu-aumento-e-disseminacao-da-violencia-segundo-mapa-da-violencia#>> Acesso em 22 dez 2021

MENDES, Mayumy Márcia. Moradia precária e segregação socioespacial na cidade de São Luís (Maranhão). Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade Federal do Maranhão- São Luís, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>>. Acesso em 15 dez 2021

NAÇÕES UNIDAS. Violencia en inseguridad en las ciudades. Disponível em:<<https://onuhabitat.org.mx/index.php/violencia-en-inseguridad-en-las-ciudades>>. Acesso em 15 dez 2021

PAREDES, Jorge Antônio de Oliveira. A Polícia Militar e a missão constitucional de preservação da ordem pública no estado democrático de direito. **RHM** - Vol 13 nº 1 - Jul/Dez 2014. 87-101

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. *In*: MODENA, Maura Regina. (org. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 8-20.
PILATTI, Carolina de Almeida. Violência e Filosofia. *In*: MODENA, Maura Regina. (org. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 28-36.

PEREIRA JUNIOR, Claudionor Gomes. Violência Urbana e medo em áreas periféricas: uma análise da percepção dos moradores da Cidade Olímpica- São Luís-MA. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Segurança Pública)- Universidade Estadual do Maranhão- São Luís- 2017.

RAMOS, Maria Helena Rauta. **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

RIBAS, Angela; SCHMID, Aloisio; RONCONI, Eleusis. Topofilia, conforto ambiental e o ruído urbano como risco ambiental: a percepção de moradores dos Setores Especiais Estruturais da cidade de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 21, 2010.

RIBEIRO, Ivan Carlos Gois. **Guia prático para participantes dos Conselhos Comunitários pela Paz**. 2. Ed. v 1. São Luís: Secretaria de Segurança Pública, 2017. 43 p.

RICARDO, Carolina de Mattos. SIQUEIRA, Paloma Padilha de. MARQUES, Cristina Redivo. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. Revista brasileira de segurança. Pública. São Paulo v. 7, n. 1, 200-216 Fev/Mar 2013

ROLIM, Marcos. **A Segurança Pública como Prevenção**. Disponível em:<<https://www.rolim.com.br/wp-content/uploads/2018/07/seguranca-publica-prevencao.pdf>> Acesso em: 15 jan 2022

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. **Metamorfoses cidadinas:** constituição do espaço urbano, disputas territoriais e segregação socioespacial em São Luís-MA. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza**, v. 21, p. 131-145, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Planejamento estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão 2015-2019**. São Luís, 2015.

SOARES, Franciângela Silva Araújo. **Cidade Olímpica:** a memória da luta pela terra urbana. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

TUAN, Y. F. **Medo na cidade. Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 231- 278.

APÊNDICE

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Dados da Pesquisa:

Pesquisadora: Sarah Fernanda Pereira Cardoso

Orientador: CEL QOPM Aritanã Lisboa do Rosário

Estudo: **VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE:** percepções dos moradores sobre criminalidade e segurança pública no bairro Cidade Olímpica- São Luís-MA)

2) Identificação do participante

Nome:

Sexo:

Idade:

Tempo de residência no bairro:

Profissão:

3) Parte 01: Criminalidade

1 O senhor (a) gosta do bairro onde mora?

2 O senhor (a) percebe o bairro Cidade Olímpica como um local violento? Justifique sua resposta.

3 O senhor (a) se sente seguro em seu bairro? Justifique.

4 O senhor (a) já realizou modificações em sua residência objetivando maior segurança? Se sim, qual (is)?

5 O senhor (a) tem medo de transitar em algum local da Cidade Olímpica? Justifique.

6 Na sua opinião, quais os crimes que ocorrem com maior frequência no bairro Cidade Olímpica? Relate a respeito.

4) Parte 02: Segurança Pública

7 O senhor (a) tem conhecimento algum programa de prevenção à violência desenvolvida no bairro?

8 De que forma o senhor (a) avalia a segurança pública em seu bairro? Justifique.

9 Em sua opinião, os órgãos de segurança pública estão sendo eficazes no combate da criminalidade e desenvolvimento da segurança em seu bairro?

10 O que o senhor (a) acredita ser a principal causa de violência no seu bairro?

11 O que pode ser feito para diminuir a criminalidade em seu bairro?

12 Como o senhor percebe a atuação da polícia militar em seu bairro?